



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

41ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH.

**Brasília/DF.
16 de Outubro de 2018.**

**(Transcrição *ipsis verbis*)
Empresa ProiXL Estenotíпия**

O SR. EDSON GONÇALVES DUARTE (Presidente do CNRH) – Bom dia. Olá, bom dia. Bom dia a todos, a todas. Nós já temos quórum? Então, eu gostaria de pedir licença para darmos início, então, a nossa 41ª Reunião Extraordinária desse Conselho de Recursos Hídricos. Então, bom dia, mais uma vez, senhoras e senhores. Mais uma vez, quero cumprimentá-los, os senhores conselheiros, representantes dos comitês estaduais, colegas de governo, representantes das mais diferentes instituições aqui presentes é uma honra e uma satisfação estar fazendo a abertura desta reunião, deste coletivo, tão importante e tão estratégico para o nosso país, dispensa aqui qualquer comentário sobre a importância dos recursos hídricos para a nação brasileira para as mais diferentes atividades e usos que nós temos no país e a importância desse Conselho na gestão da política nacional de recursos hídricos. E a importância nesse momento decisivo na história do país, eleições nacionais, quando o país se reúne para escolher os seus caminhos, quando decide, então, que rumo adotar. Um país com as dimensões territoriais como o nosso, um país com biomas, com uma diversidade, uma riqueza, extraordinária, sem comparativo em nenhum outro lugar do mundo, 20% da biodiversidade conhecida no planeta, aqui sobre a nossa proteção, dentro do território do nosso país, esse patrimônio genético que nós temos, essa biodiversidade extraordinária, esse potencial agrícola que nós temos, a possibilidade de ser um grande produtor de alimentos como é o Brasil e ao mesmo tempo, tendo no seu território um ativo natural que também não há paralelo e não há como outra nação ter aquilo que nós temos. O que eu lamento é que diante da importância do aspecto ambiental para o mundo e a importância do Brasil nesse debate, quando o mundo se debruça sobre os fortes desafios climáticos que nós estamos vivendo, agora que sai o último relatório do painel intergovernamental de mudanças climáticas, um dos com resultados mais grave de todos os relatórios já apontados mostrando o tamanho do nosso desafio para tentar conter o aumento da temperatura a um e meio por cento. O que isso representa para as nossas vidas, para as nossas atividades, para a fisiologia vegetal, animal, enfim, para a biodiversidade, para a qualidade de vida de todos nós, não só no Brasil, em todo o mundo, é que esse debate não está posto, no momento em que o Brasil se reúne para discutir os seus grandes desafios não se discute e eu não vi, eu não ouvi, eu não assisti um debate sobre a importância da questão ambiental para o futuro do Brasil como nação, inclusive, para o nosso futuro comercial para a indústria, para a agricultura, para todas as nossas atividades, eu não vi uma reflexão sobre recursos hídricos, eu não ouvi, eu não assisti, sobre a importância da gestão do fortalecimento dos instrumentos de gestão de governança dos recursos hídricos pela importância que tem em todas as nossas atividades, todas. Os múltiplos usos, os desafios que os nossos rios têm passado em boa parte do território nacional, o desafio no abastecimento das cidades, as crises que nós temos passado em regiões que até, então, não tinham vivido o que era uma crise de abastecimento, eu não vi, eu não ouvi, eu não assisti esse debate. Aliás, para ser mais preciso, apenas um, um ataque direto aos órgãos que doam as suas vidas a tentar proteger esse patrimônio dos brasileiros, pela desinformação, por não saber o que temos feito. O papel dos heróis, funcionários dos órgãos ambientais que estão ali para cumprir a lei, cumprir a lei, de tal forma que isso me deixa muito preocupado esses sinais que estão sendo dados, de atacar quem tenta cumprir a lei e não quem descumpra a lei, em nenhum momento. Ora, aquele que está dentro da lei, da lei aprovada pelo Congresso Nacional, sancionada pelo Presidente da República, não tem nenhum problema com o órgão ambiental, não tem com fiscalização A, B, não tem com a polícia. Preocupado porque está multando muita gente que está dirigindo

51 sem habilitação e com o veículo sem documento e vai atacar a polícia que está
52 fazendo a fiscalização, ora diz aos seus amigos que ande com a habilitação e com o
53 carro com documento e não terá nenhum problema ambiental. Rever, repensar a
54 gestão ambiental é importante como toda e qualquer estrutura de gestão, é preciso
55 um debate, uma reflexão, para a sua adaptação o tempo inteiro, isso é necessário.
56 Mas é preciso uma reflexão se nós estamos melhorando ou colocando em risco o
57 futuro dessa nação e do nosso grande patrimônio, que é o patrimônio natural. Me
58 desculpem, talvez, nesse tom mais de desabafo, mas é como um brasileiro muito
59 preocupado com o seu futuro. E dizer que quero aqui cumprimentar... Eu tinha
60 preparado aqui um pronunciamento, mas vou pedir licença aos senhores para não
61 ler, tamanha importância desse nosso convívio e desse momento que nós estamos
62 vivendo, mas quero ser muito breve e para cumprimentá-los pelo papel desse
63 Conselho, da história e do alcance na história da política de recursos hídricos no
64 Brasil, deste Conselho, do papel dos conselheiros, dos avanços alcançados, não só
65 no plano federal, mas nos estados, o que os estados têm feito no que diz respeito
66 aos seus planos, aos seus conselhos, as suas estruturas de gestão. Nós temos
67 dado passos importantes no fortalecimento dos comitês de bacia que são
68 instrumentos modernos, avançados e que eu tenho repetido é muito importante
69 fortalecer os comitês existentes e continuar constituindo aonde ainda não foi
70 constituído. Enfim, todos esses avanços são importantes na implementação da
71 política nacional de recursos hídricos, mas temos ainda muitos desafios pela frente.
72 Eu quero cumprimentar e parabenizar os novos conselheiros, eu quero
73 cumprimentar aqui o nosso professor, uma referência para todos nós, para todos os
74 brasileiros que atuam na área de recursos hídricos, o Professor Raimundo Garrido
75 pela sua história na política nacional de recursos hídricos, parte significativa dos
76 instrumentos, passou pelas mãos, pela dedicação, pelo conhecimento, do meu
77 conterrâneo, o baiano, o Raimundo Garrido. Eu quero agradecer à gentileza de ter
78 aceito o convite para estar aqui, ele que será palestrante logo na sequência dessa
79 solenidade de abertura. Eu quero dizer que o nosso secretário Jair Tannús que por
80 problemas de saúde não está aqui presente, mas me ligou logo cedo mandando um
81 abraço a todos, o carinho que ele tem e eu aproveito para agradecer e parabenizar
82 os servidores da secretaria de recursos hídricos pelo trabalho junto a esse Conselho
83 mais o trabalho que tem feito com dedicação, com todas as dificuldades
84 operacionais, de pessoal, de recursos, mas com muito empenho, com muito
85 compromisso, eu quero agradecê-los e parabenizá-los por isso. Eu quero
86 cumprimentar a Agência Nacional de Águas, dessa forma, cumprimentando todos os
87 órgãos que atuam na gestão e na governança dos recursos hídricos do Brasil. Nós
88 estamos diante de desafios muito fortes, mas o Brasil é forte, uma democracia eu
89 diria consolidada não pela história das suas instituições, mas pela vocação
90 democrática do povo brasileiro, essa vocação ela é muito forte, essa determinação
91 do brasileiro me deixa muito confiante, venha o que vier, o Brasil continuará
92 andando e esse Conselho terá um papel importante e precisamos continuar
93 fortalecendo os instrumentos de participação de cogestão, por isso eu estou aqui e
94 gostaria de que... E, inclusive, nos documentos de transição, estamos dando
95 destaque exatamente a todos esses instrumentos de participação e cogestão da
96 política ambiental brasileira em todas as áreas. Bom, gente, era isso. Mais uma vez,
97 pedir desculpas pelo improvisado, não quis fazer um discurso, porque eu acho que
98 esse momento, nessa 41ª Sessão Extraordinária desse Conselho é para parabenizá-
99 los, cada um de vocês que estão aqui, que tem saído dos seus cantos, dos seus
100 afazeres e dos seus serviços para se dedicar ao Brasil, o que Brasil que passa pelas

101 suas águas, as águas que tão importante para o mundo, para o Brasil é mais ainda,
102 de tal forma que esse Conselho tem dado esse ritmo, esse tom e esse ritmo que nós
103 estamos vendo. Então, muito obrigado. Celina, obrigado. E eu aproveitaria para
104 convidar o Julio Thadeu, o coordenador aqui da Secretaria de Recursos Hídricos
105 para assumir os trabalhos. Eu terei que me ausentar agora e não vou ter a grande
106 oportunidade... Já ouvi em outras oportunidades a palestra do nosso Professor
107 Raimundo Garrido. Mas agradecer muito, mais uma vez, pela presença de todos os
108 senhores, parabenizar os conselheiros, aqueles que fizeram história até aqui e
109 aqueles darão continuidade a essa história. Então, Julio eu te convido e agradeço a
110 todos os senhores. Muito obrigado.

111
112
113 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA)** – Bom, bom dia a todos
114 e a todas. Agradecer a presença do Senhor Ministro Edson Duarte da Secretaria
115 Substituta de Recursos Hídricos e a Qualidade Ambiental, a Celina Xavier
116 Mendonça, a nossa colega, que também está precisando deixar o recinto, porque
117 está com um outro compromisso também de uma reunião, que ela já tinha marcado
118 e aconteceu esse imprevisto com o Secretário Jair foi na segunda-feira que
119 aconteceu esse imprevisto ele não está podendo nem se locomover. Então, nós não
120 conseguimos arrumar a agenda de acordo. Bom, antes de dar início, oficialmente, à
121 reunião, não é? Porque a liturgia que todos conhecem, nós programamos, como
122 temos novos conselheiros, novos, enfim, participantes, nós programamos uma
123 palestra e convidamos o Professor Raimundo Garrido, como o ministro já informou, o
124 Garrido foi secretário aqui de recursos hídricos e antes de ser secretário foi diretor
125 de recursos hídricos e nesse período foi todo o período inicial da discussão e
126 aprovação da Lei 9433. Então é uma pessoa que continua estudando o assunto,
127 sempre ligado ao assunto, desde 95 ou até antes, não é? E nós achamos,
128 convidamos ele para fazer uma palestra sobre o Conselho, considerando que nós,
129 esse anos de 2018, nós estamos completando 20 anos da instalação do Conselho.
130 Então, nós temos a palestra do Garrido, na próxima reunião nós vamos ter mais
131 alguma outra coisa em prol dessa comemoração, mas é importante, então, essa
132 visão, não é? Que o Garrido tem do Conselho e toda a história do Garrido. Após a
133 palestra dele, eu tenho aqui, a gente tinha preparado uns dez, 15 minutos para os
134 novos conselheiros de algumas... Não são todas, evidente, de alguns procedimentos
135 que são habituais no Conselho e que também a gente vê que durante mesmo o
136 desenrolar, meses depois ou anos depois, alguns desses procedimentos
137 permanecem em dúvida para alguns conselheiros. Então, nós preparamos esses
138 slides, vai ser uma coisa rápida, isso eu vou falar e após o que a gente dá início
139 oficial à reunião do Conselho, ok? Então, eu quero convidar... É isso? Isso aí eu não
140 consigo enxergar. O Professor Raimundo Garrido, por favor.

141
142
143 **O SR. RAIMUNDO JOSÉ SANTOS GARRIDO (UFBA)** – Doutor Júlio Thadeu,
144 senhores conselheiros, dou as boas-vindas, aproveito para dar as boas-vindas aos
145 conselheiros que chegam agora. Dirigentes de órgãos públicos, federais e estaduais
146 e municipais aqui presentes. Dirigentes de comitês de bacia e de agências de bacia
147 das diversas regiões do país, técnicos dessas instituições, em particular técnicos do
148 Ministério do Meio Ambiente, da Secretaria de Recursos Hídricos, visitantes,
149 convidados, como eu que fui e desde já agradeço a deferência do convite para em
150 breve palavras historiar o que se passou, alguns pontos relevantes da história do

Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Obrigado. Desde já, digo a todos que deem um grande desconto às palavras de sua excelência, o senhor ministro, proferiu sobre mim, para que não tenha o desapontamento de esperar tanto quanto o ministro aqui colocou. Aproveitei na despedida e ao pé do ouvido disse a ele que ele teria exagerado, mas, de alguma maneira, como usuário dos serviços públicos preferenciais, idoso que já sou há dez anos, eu guardei um pouco da história com muitos dos colegas com que convivi e, dessa forma, vou trazer aqui comentários que podem ilustrar esses 20 anos do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. 20 anos para uma instituição não significa muito, para nós que vivemos e nos sucedemos, geração após geração, 20 anos têm um significado muito expressivo e por isso a oportunidade dessa reprise que eu vou tentar fazer aqui em breves passos para caber dentro da nossa agenda. O Conselho acumulou realmente uma história muito rica, mas o primeiro ponto a fixar quando pensamos no Conselho é, ainda que de forma sumária, fazer uma avaliação do poder que o Conselho tem. De fato, se nós formos à leitura da Lei 9433, que juntamente com outros textos legais, conformam a vida do Conselho, nós vamos perceber que no Artigo 35, Inciso 6º, o Conselho é que se ocupa do detalhamento das diretrizes para o setor de recursos hídricos no país e, portanto, ele é o regulamentador dessa lei. Essa lei, rigorosamente avaliando, ela não especifica e, portanto, não dá uma diretriz de que decretos e portarias possam regulamentá-la, porque a regulamentação é da alçada deste Conselho de Recursos Hídricos e isso confere um poder muito grande e, talvez, aí resida a causa do sucesso da política nacional de recursos hídricos, porque é um coletivo, como denominou o ministro, que decide sobre as questões mais relevantes por meio de suas resoluções, basicamente por meio de suas resoluções e outras formas de manifestação que o Conselho tem. Mas essencialmente as resoluções cumprem o papel dessa regulamentação. Aqui passou o secretário do Rio Grande do Norte e eu volto à evocação inicial por esquecimento de fazer um cumprimento aos secretários estaduais e aos dirigentes de conselhos estaduais aqui presentes, pedindo desculpas, faço essa retomada do ponto inicial para voltar a falar do nosso Artigo 35. Então é preciso que nós consideremos na história do Conselho este instrumento, esta arma, de que ele dispõe de ser o regulamentador da política nacional de recursos hídricos. Esse, no meu ponto de vista, essa é a primeira questão a ser fixada por nós, quando pensamos o Conselho, olhamos o seu passado e olhamos para frente para estabelecer o seu futuro. A trajetória de decisões aqui tomadas é longa e eu selecionei alguns pontos, alguns poucos pontos, para fazer referência de maneira a ilustrar esse momento dos 20 anos. Bom, em primeiro lugar, houve a regulação da 9433, com base nesse dispositivo da 9433, formou-se um Grupo de Trabalho que foi coordenado, foi chefiado pelo Engenheiro Júlio Thadeu Kettelhut, que é o mais permanente, o mais regular, o mais frequente, o mais... Não vou dizer atuante, porque atuante depende de cada momento, não é? Dos membros desse Conselho, esse reconhecimento, esse testemunho eu preciso dar aqui. E ele chefiou esse grupo, que foi formado por pessoas que tiveram um papel importante na política nacional de recursos hídricos, eu traria nomes como o do Professor Jerson Kelman, o Doutor Flávio Barth de saudosa memória, a Engenheira Fátima Paiva que pertencia a nossa equipe, o Professor Paulo Affonso Leme Machado da Faculdade de Direito da Universidade de São Carlos e mais alguns que eu estou fazendo injustiça em não lembrar pela memória já em queda, fruto da minha idade. Mas era um grupo seletivo que começou a fazer a regulamentação do Conselho... digo da Lei Federal 9433 e em pouco tempo surgiram os elementos que permitiram a discussão, o debate aqui nos grupos que se formaram chamados câmaras técnicas e dali

emanaram várias das primeiras resoluções que esse Conselho decidiu sobre elas e fez editar, e que em grande medida são as trilhas que nos permitiram todo esse caminho seguido pelo setor de recursos hídricos no Brasil. Eu usei a palavra trilhas, porque entre nós, do nosso setor, estamos sempre trilhando caminhos que nunca sobre trilhos, nós estamos amarrados a uma trajetória muito precisa, temos um balizamento geral que nos permite tomar as decisões mais adequadas para cada situação, para cada bacia, num país cujo território é bastante diversificado sobre o ponto de vista climatológico, físico, antrópico, político, de nível de desenvolvimento. E, portanto, a Lei 9433 foi sábia quando se cingiu a estabelecer, proclamar princípios em número de quatro apenas, estabelecer seis instrumentos, um dos quais foi vetado de política, e ainda criar um arcabouço institucional, que é esse que todos nós conhecemos e sob o manto do qual atuamos, que permite a aplicação desses instrumentos em obediência aos princípios. Nada mais disse a 9433 e as resoluções do Conselho fluíram fruto do debate que se vem realizando ao longo desses 20 anos nesse foro aqui, que hoje comemora esse momento expressivo. Em outro momento, discutiu-se o tamanho ótimo do Conselho, que é este, que é este que aí está, porque o Conselho começou com cerca de 29 membros, eu digo cerca, mas situo num número ímpar, porque ele tem sempre um número ímpar de participantes. E o incremento para um total de 57 permitiu, a partir dali, isso foi logo nos primeiros anos, que o Conselho pudesse abranger com maior capacidade de avaliação e decisão sobre os diversos problemas toda essa gama de metas que deveriam ser propostas e implementadas para a nossa política de recursos hídricos. Ainda do começo, eu já mencionei de raspão, a criação das câmaras técnicas, elas foram estudadas, elas foram concebidas, numa discussão ampla e, uma vez mais, capitaneada pelo Doutor Julio Thadeu, nos permitiu estabelecer câmaras com temas específicos e eu diria temas da maior relevância, os temas... Deixe que eu use uma expressão que pode não estar muito bem aplicada, mas os temas vedetes da gestão de recursos hídricos, aqueles que nós tínhamos que discutir e aqueles que estavam em moda também e por isso o vedetismo. E essas câmaras se debruçaram, mergulharam na análise de cada uma dessas temáticas e produziram documentos, produziram ideias, produziram trajetórias que vieram ser seguidas e que deram essa conformação a um Conselho que com 57 pessoas atende a todas as demandas, a todas as expectativas de um território tão grande e tão rico em água e, às vezes, tão pobre também em água como é o do nosso país. O Conselho contribuiu muito para discutir o paradigma da centralidade da centralização, porque ele é o objeto de descentralização, tudo quanto pode ser resolvido na bacia não deve chegar ao conselho estadual e não deve chegar ao conselho nacional, porque são soluções para problemas corriqueiros que ali devem ser solucionadas. Este conjunto do conselho nacional ele está mais comprometido com a solução dos grandes problemas, dos problemas estratégicos, mas quando necessário interfere na solução também de conflitos, conflitos grandes. Eu quero destacar o papel do comitê. O comitê de bacia é o reatamento do Conselho Nacional na região da bacia, o comitê de bacia, como ousamos dizer frequentemente, parlamento das águas, é o foro de discussão, é o organismo pensante e também atuante para solucionar ou se antecipar, muitas vezes, e ao ideal ele se antecipa à ocorrência de conflitos e, portanto, são as grandes células que, de certo modo, norteiam o trabalho que aqui em Brasília o Conselho, quando está reunido, vem de tratar. Então, quero dar destaque ao fato de que durante esses 20 anos, por todo o tempo, o papel dos comitês sempre foi um dos pontos sagrados das considerações desse Conselho Nacional, o que é altamente positivo, porque sublinha o papel da gestão

descentralizada e participativa. O sistema nacional de recursos hídricos não é modelo no mundo, porque foi bem concebido, ele é modelo no mundo, porque de sua atuação tem resultado uma gestão eficaz, uma gestão que produz os efeitos esperados para o uso racional da água. O Conselho fez um plano, o Conselho capitaneou o plano, digamos, não é? Fez o plano, o Conselho não poderia fazer sozinho, seria uma impropriedade, o que eu disse já estou retirando, mas o Conselho ele capitaneou o plano nacional de recursos hídricos que envolveu uma massa pensante da sociedade brasileira, que alcançou... Lembro-me que, à época, conversando com o secretário João Bosco Senra, ele dizia algo como sete ou oito mil pessoas, todas engajadas no gerenciamento hídrico, tiveram a oportunidade de sugerir, de opinar, de detalhar um pouco questões que consideravam relevantes e, portanto, foi um plano que obedeceu ao princípio da gestão participativa e descentralizada, ao mesmo tempo em que havia pessoas que representavam os diversos usos da água e daí obedecendo, satisfazendo, o princípio dos usos múltiplos. O Conselho, neste momento, está estabelecendo as bases, o Doutor Adriano me falou mais cedo, antes do nosso início de reunião para o novo plano de recursos hídricos para as diretrizes que se fazem prementes atualmente e, portanto, teremos dentro do prazo adequado um novo documento programático para o setor de recursos hídricos no Brasil, o que reflete essa eficiência do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. O Conselho regulamentou todos os instrumentos, regulamentou os planos de recursos hídricos, foi objeto de uma das primeiras resoluções do Conselho, ali estabeleceu os critérios que deveriam nortear a elaboração do plano de recursos hídricos de cada bacia no país. Evidentemente, que ali estão contidas normas gerais, porque normas gerais em peças legais federais, elas terminam sendo também determinativas para os trabalhos com águas de domínio dos estados. A 9.433, por exemplo, alude ao fato de que, em um dos seus artigos, um dos primeiros artigos, que as águas subterrâneas devem ser objetos de outorga para que o seu uso esteja adequadamente legalizado, ora as águas subterrâneas não são de domínio da União, a lei é federal, ela é determinativa para a ação da União. Mas no que concerne às normas gerais ela é indicativa para que os estados a sigam e o Conselho tem sido muito cômico desse verdadeiro desafio que é orientar a gestão das águas em um país, águas estas que pertencem a dois domínios e com muita precisão de atos, o Conselho tem feito separar e articular, ao mesmo tempo, de tal maneira que as águas nacionais, se é que eu posso assim denominar, tenham, apesar dos dois domínios, uma riquíssima convivência no que diz respeito à gestão. Eu dizia que ele regulamentou todos os instrumentos e, portanto, regulamentou também as outorgas estabelecendo normativas para a definição de critério de vazão, discutindo o que é a vazão pouco significativa, pouco expressiva em cada corpo d'água, apenas dando critérios gerais, porque, de novo, sempre nos defrontamos com o porte gigantesco do território nacional e a sua diversidade. Regulamentou a cobrança pelo uso da água, estabelecendo a necessidade de uso ser retribuído, o Código de Águas já dizia desde 10 de julho de 1934, mas agora colocando em um figurino da nova organização administrativa para as águas e estabelecendo critérios que têm permitido de um lado indicar o usuário que o uso racional é essencial para a preservação dos recursos hídricos, que é essencial para a sua própria formação de preços dos produtos que produzem a partir do uso da água, que ajuda, juntamente com a outorga, outorga e cobrança são dedos de uma mesma mão, a combater conflitos de uso da água e isso foi, isso fez parte de uma das primeiras preocupações do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Ele regulamentou também a classificação dos corpos d'água em classes de uso

preponderantes, há uma resolução sobre isso. O Conselho ainda atuou no que diz respeito a temas relevantes em fazer, em aprovar, em adotar, uma divisão hidrográfica para todo o país, baseada nos estudos do Professor Otto (...), e que fez parte de uma resolução e que, portanto, nos deu o mosaico nacional, de sorte que nós poderíamos fazer referência aos rios pela sua codificação, o Conselho teve essa preocupação. Isso eu estou falando de atos que ocorreram aí ao longo dos 20 anos, eu presenciei os primeiros, mas eu vi que a sequência foi em um crescendo tal que, de fato, temos a celebrar, temos que celebrar esses 20 anos do nosso Conselho. O Conselho foi se ocupar das águas subterrâneas, dando critérios também para a sua utilização, ocupou-se ainda do tema relevante do reuso da água, o reuso agrícola, o reuso da água não potável, faz parte de uma das nossas... Das nossas, digo, do nosso Conselho, de uma das resoluções de nosso Conselho. Tratou de segurança de barragens, tema que nós estamos vendo a importância que tem com eventos inesperados e o Conselho, anualmente, edita um relatório sobre o tema da segurança de barragens que é encaminhado, salvo engano, ao Congresso Nacional. Ocupou-se ainda o nosso Conselho dos grandes conflitos, conflitos resultantes de disputas, por exemplo, interestaduais, ou intermunicipais, ou porque um uso prejudicava o outro, alguns casos surgiram, navegação com um outro uso de águas sobre o leito, ou de transferências de água e o Conselho passou diante de tantas forças que estavam presentes nessas discussões, ele conseguiu resolver a contento e a gestão das águas nacionais só tiveram a comemorar. Teve um olhar sobre a Amazônia, o Conselho teve um olhar sobre a Amazônia, especificamente eu queria destacar o estudo de critérios para a utilização dos rios da margem direita do leito do Amazonas. Então, vejam, o Conselho encontrou tempo para em uma região que tem muita água, graças a Deus, temos 12% das águas do mundo em grande, em quase que na totalidade das medidas à Bacia Amazônica, mas o Conselho teve um olhar sobre a Amazônia e, portanto, isso caracteriza a sua presença em todo território nacional. Importante destacar... Eu vou, mais ou menos, já me aproximando do fim. É importante destacar que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos ele reúne o melhor do conhecimento, da técnica, da inteligência nacional, que é trazida por todos os que dele participam, muitos como permanentes, por um período, conselheiros e os seus suplentes, muitos como visitantes, como eu me faço presente aqui agora, apenas historiando. Hoje eu sou, na área de recursos hídricos, eu me considero apenas um jornalista, eu resumo alguns fatos que acho relevantes e procuro entregar a textos para a publicação no campo da didática. Mas esse é um ponto fundamental, o Conselho é formado pela soma do conhecimento, da experiência, da inteligência, de todos, a geração de vocês que está aqui hoje e que já vem sucedendo a anteriores, todos, todos sem exceção, a atual e as passadas, entregando o melhor do seu talento, conhecimento, capacidade de resolução de problemas, a esse foro de onde emanam as tão repetidas aqui resoluções que conformam a política nacional de recursos hídricos. Portanto, o Conselho é essa massa de inteligência que vai se sucedendo geração após geração. Eu, por fim, peço licença a todos para dizer um pouco do meu sentimento em relação ao Conselho, além de tudo isso que eu mencionei, de todo esse aprendizado que eu tive a oportunidade de acumular, de aprender, de angariar, eu conheci pessoas bastante interessantes e, em grande medida, a maioria dos conselheiros e também tive a oportunidade de aprender com pessoas que me chefiaram. Peço, portanto, licença para dizer que tive um período de grande aprendizado em trabalhando no início com o Ministro Gustavo Krause, em um segundo momento e mais prolongado com o Ministro José Sarney Filho, que nos deu liberdade ampla para a discussão

dos problemas, fortaleceu o Conselho e eu tenho a obrigação de não deixar as oportunidade que tenho de mencionar que isso também trouxe força ao trabalho que, na minha minúscula contribuição, eu pude dar. Eu fui apoiado para, enquanto estive aqui no Conselho, dar a liberdade que no fim foi secundado pelo Doutor Júlio Thadeu, a quem sou muito grato. E finalizo agora, com um comentário bem simples, é comum se dizer, em vários momentos da história do Brasil, que as instituições estão funcionando. Bom, digo de saída que se uma instituição está funcionando e funcionando bem esta é o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, ela dá a sua contribuição para a vida nacional, para a economia nacional e ainda digo que eu vi, eu pessoalmente vi, brotarem neste seio do Conselho algumas lideranças, sempre liderança técnica, é onde minha capacidade permite alcançar e conheci muitos técnicos, aprendi com muitos técnicos sobre a gestão de recursos hídricos, aprendi muito sobre o Brasil. Portanto, o Conselho termina sendo uma universidade de recursos hídricos para o conhecimento aplicado, cada um traz de sua região os problemas específicos. E aprendi, sobretudo, e termino com isso, sobre a riqueza do Brasil, a riqueza em que a água está presente em praticamente todos os tramos das relações intersetoriais e aprendi algo muito específico do trabalho cotidiano, aqui com os conselheiros durante o tempo em que convivi, eu aprendi o que eu não sabia sobre dinâmica de grupo e o Conselho, com a sua plenária, com suas câmaras técnicas, ela exercita em todo o momento e eu levei para casa muito mais conhecimento do que trouxe, sobretudo, no que diz respeito à dinâmica de grupo. Senhores conselheiros e demais participantes, dirigentes de órgãos públicos e todos aqueles da minha evocação inicial, eu, pela paciência de todos, quero agradecer muito e dizer que continuo trabalhando lá na planície, lá no litoral, um litoral bonito, acho que muitos conhecem e eu incito tantos os outros, que ainda não tiveram a oportunidade de ir a Salvador, no momento que possam dar uma chega por lá. É um pedaço do Nordeste que no seu todo é muito bonito e na Universidade Federal da Bahia, onde eu sou professor, já prestes a vestir o pijama, eu continuo aliado ao pensamento de todos vocês trabalhando em prol da causa da gestão racional dos recursos hídricos, como instrumento essencial para a construção de nosso país. Muito obrigado.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Obrigado, Professor Garrido. Faço das suas palavras ao ministro, as minhas, a você, (...). Mas muito obrigado pelas palavras bem carinhosas que me dedicou. O Garrido, além da participação que ele teve no início, a participação técnica excelente, no início, como todo o início, teve uma participação também que foi essencial. Todos os dirigentes, na verdade, da secretaria na questão política, não é? Eu sempre menciono que quando tem a oportunidade, que atrás de cada parágrafo da lei tem uma história, não é? E em geral essa história é uma história política, muito do que hoje está escrito na lei foram conquistas que não foram fáceis de serem obtidas, não é? E hoje, enfim, conseguida a (...) e o Garrido foi um dos que teve a participação decisiva nesse processo. Muito obrigado, Garrido. Eu vou fazer aquela apresentação. Tem a apresentação rápida, objetiva, sobre o funcionamento do Conselho, talvez, grande parte já conhece, talvez, a quem esqueceu do detalhe. Eu só queria dizer que não estaria aberto a críticas, ou conversas, ou posições com relação ao que eu vou expor, porque, na verdade, a ideia é expor, isso daí se alguém depois tiver alguma dúvida, alguma coisa, durante os trabalhos normais do Conselho nas câmaras técnicas, na CTIL, pode sugerir as mudanças que acharem

importante nessa apresentação rápida que eu vou fazer. É só uma apresentação para situar os novos conselheiros e conselheiras dos procedimentos do Conselho. Vai ter aquele que, habitualmente, a Roseli vai falar aqui de como se proceder aqui dentro da reunião, mas têm outros que eu acho que são interessantes e eu vou ser bem rápido e não entrar muito, tentar não entrar muito em detalhes. Fica aí na frente, porque... Bom... Isso aqui é natureza jurídica, eu não vou... Todos sabem, mas o importante é que o Conselho é um colegiado consultivo e deliberativo. Por falar em política, para conseguir colocar esse deliberativo aqui não foi fácil, o Garrido lembra disso aí. A instância máxima, é a instância máxima do sistema, como foi mencionado. Eu vou passando rápido, só para... Pode ir. Têm todas essas atribuições, são Atribuições definidas pela lei, não é? Essa que foi mencionado estabelecer diretrizes complementares para a implementação da política nacional de recursos hídricos, tem outra também que é analisar as propostas a ser encaminhadas ou encaminhadas sobre recursos hídricos de legislação, é óbvio que as propostas aqui, quando analisadas, não significa que a gente tem um poder maior do que o Congresso, mas a gente pode fazer, como sempre fizemos, em alguns casos, moções de aprovação, ou recusa, ou tentativa, ou alterações na legislação. Promover o planejamento geral, alterar o conflito, arbitrar conflitos, enfim, são todas essas atribuições e mais alguns, não são todas essas, mas tem outras atribuições adicionais. Foram acrescentadas a essas atribuições anteriores a 9433 aquelas oriundas da política nacional de segurança de barragem, que deu a esse Conselho também a competência de opinar sobre essa política nacional de segurança e barragem. Por favor. Bom, aí entra nos detalhezinhos. Essa aqui era a... O Conselho se reúne em sessão pública com a presença à maioria dos seus membros, então tem que ter o quórum, não é? A qualquer momento, pode ser suspenso o quórum se verificar que não existe quórum, se alguém pedir a contagem, aí para, aí pode até tentar saber se para por um determinado tempo ou se para em definitivo, porque, às vezes, o pessoal está tomando café, alguma coisa assim, está? A ata da reunião, a gente, no passado, nós fazíamos a ata, escrevia e escutava o que o pessoal fazia, os relatores faziam a ata e daí essa ata depois era aprovada, tinha mudança, eu não falei isso, eu falei aquilo, não foi bem isso que eu falei. Hoje não, hoje a ata da reunião considerada a degravação da reunião, então a ata é essa. O que a gente apresenta aqui, o que nós falamos da aprovação, é um resumo, está? Então, quando eu for falar aqui na frente que se aprova a ata, nós estamos aprovando esse resumo, mas a ata, na verdade, é a degravação, aí não tem dúvida do que foi falado. Pode passar. Isso aqui é importante que, às vezes, a gente se esquece um pouco disso, isso aqui vale para o Conselho, está? Está previsto no nosso regimento, não é? A falta por duas reuniões no plenário consecutivas ou três alternadas no decorrer de um mandato acarretará uma emissão, uma comunicação, oficial ao conselheiro e ao suplente e à instituição por ele representada alertando sobre isso. Se continuar e tiver três reuniões plenárias consecutivas ou quatro alternadas, aí, no decorrer do mandato, aí resulta na solicitação da substituição dos conselheiros, a secretaria executiva. Quer dizer, o seguimento não perde... É diferente do que eu vou falar sobre câmara técnica, o seguimento não perde o assento, mas é solicitado que o conselheiro titular, ou o suplente, ou os dois, sei lá, seja substituído, está? A gente se manifesta por meio de resolução quando se tratar de deliberação vinculada às competências nossas. De moção quando um apoio, uma recusa, enfim, a manifestação a quaisquer órgãos de entidade pública, o Congresso e qualquer um, aonde a política nacional de recursos hídricos não têm, enfim, competência para decidir, então a gente faz uma. E essa comunicação, que até hoje nós não

utilizamos ainda, que foi incluída no regimento novo, que se trata de um expediente... É um comunicado mais que operativo, alguma coisa nesse sentido, que não mereça ser uma moção, é mais alguma comunicação que o Conselho faz. E aí, deixar claro isso, porque, às vezes, acontece muito conosco de a secretaria executiva, porque nós somos convidados para representar o Conselho em algum evento, quando acontece a gente chega e fala olha, nós não representamos o Conselho, o Conselho não tem representante, o Conselho manifesta através disso aqui, o que nós somos, somos da secretaria executiva do Conselho, podemos falar alguma coisa sobre secretaria, mas a palavra de ninguém representa o Conselho e dá a palavra final pelo Conselho, a não ser o que foi decidido no plenário, está? Isso vale de cabo a rabo, do presidente aos integrantes do Conselho, está? Deliberação, as propostas de deliberação. Qualquer conselheiro pode encaminhar ao Conselho proposta de deliberação, essa proposta vai ser verificada na secretaria executiva e encaminhada à câmara técnica, daí tem um procedimento e até chegar ao Conselho. A secretaria executiva não tem e nem as câmaras técnicas não têm competência de recusar uma proposta de resolução ou de com moção, que seja, tudo isso entra e vai, e quem aprova ou desaprova é o plenário, está? Pode ser que no decorrer do processo chegue-se à conclusão que aquilo não deve prosperar, então é retirado, mas quem aprova... Volta um pouquinho. Está? E também isso a mesma coisa que acontece durante as discussões de câmara técnica, está? É importante, isso também foi repetitivo durante os anos que, às vezes, vinha comentário que o Conselho não delibera sobre coisa importante, que o Conselho devia fazer isso. O Conselho que a gente sempre lembra somos nós, somos todos nós, aquilo que acontece de proposta para ser discutida ou não discutida tem que vir daqui, não é o Conselho um terceiro ente que é a secretaria executiva que é eles não fazem isso, não, somos nós que não fazemos. Então, se tiver alguma coisa, alguma necessidade de proposta que se julgue ser importante que encaminhe e aí isso vai ser discutido, está? Não cabe à secretaria executiva do Conselho ficar caçando proposta importante ou que acha importante para trazer para o Conselho. Pedido de urgência, antes de cada reunião pode ser que tenha um pedido de urgência, hoje nós vamos ter um, e tem que seguir esses trâmites aqui, com até cinco dias úteis antes da reunião do Conselho, daí dá tempo para ser distribuída para os conselheiros ainda o pedido de urgência, aí poderia ser subscrita, no mínimo, de dez conselheiros, se não for nesse período tem que ser, no mínimo, de 15. O pedido de urgência, uma vez que ele já foi enviado a pauta, ele vai ser submetido aqui ao plenário, se aceita ou não o pedido de urgência, não é a proposta é se aceita ou não o pedido de urgência. Se aceitar o pedido de urgência, discute-se a proposta é o primeiro item da pauta, ele vira o primeiro item da pauta e discute-se a proposta, aí aprova ou não aprova, se não aceitar o pedido de urgência ele fica automaticamente incluído na pauta da próxima reunião, ele não é excluído se não aceitar no início, depois se entrar em discussão e votação, uma vez aceito, entrou em discussão e votação, aí sim recusa ou não, está? Pedido de vista, o pedido de vista todos os conselheiros aqui presentes podem pedir vistas, pediu vista, acabou, não tem questionamento se... A não ser que o próprio quem pediu vista se retire o pedido, mas não tem questionamento, ah não deve pedir, não, pediu vista, interrompe, daí entra na pauta obrigatoriamente na pauta da próxima reunião e o presidente define um prazo para que quem pediu vista tem que fazer um relatório justificando o pedido e porque pediu e aí esse relatório vai ser depois apresentado na próxima reunião, está? Esse é o fluxograma, requerimento de urgência, o plenário, o resto passa pelas câmaras técnicas, câmaras técnicas setoriais e,

501 finalmente, passa pela CTIL, está? A CTIL ela só analisa a questão legal e
502 institucional, isso também é um outro problema que, às vezes, nós temos no
503 Conselho, discute-se nas câmaras técnicas temáticas e daí os que não foram aceito,
504 que não tiveram os seus interesses, enfim, não foi aceito, vem para a CTIL para
505 tentar segurar na CTIL e retomar a discussão temática de mérito. Então, aí não é a
506 CTIL, a CTIL é a questão legal e institucional, se houver dentro dessa proposta
507 algum problema legal institucional, aí a CTIL retorna esse processo para a câmara
508 técnica específica dizendo do problema que tem, mas ela não é para discutir isso,
509 está? Espera um pouquinho só. Aqui um esclarecimento que também tem surgido
510 ao longo do período, o papel da consultoria jurídica do ministério no Conselho, está?
511 A consultoria jurídica do ministério ela é para apoiar o ministro, o ministro do meio
512 ambiente, está? A consultoria não é para participar aqui da reunião, pode até vir
513 como já participou algumas vezes, nós já convidamos o pessoal da consultoria
514 jurídica que vem aqui, que dê a sua contribuição, mas não é uma contribuição,
515 assim, de decisória, quer dizer, quem vota pelo ministério são os representantes do
516 ministério no Conselho, está? Agora, claro que pode dar uma opinião técnica e tudo,
517 agora qual é a posição da secretaria no regimento? O Conselho discute, aprova,
518 uma resolução, uma moção, isso vai para a assinatura do ministro, a assinatura do
519 ministro como presidente do Conselho, ele tem a consultoria jurídica sempre analisa
520 para ver se tem alguma incongruência legal, se for identificado à incongruência legal
521 pela consultoria jurídica, não é que o ministro não assine, volta o tema para o
522 Conselho dizendo que tem um problema legal aqui, daí a gente passa a discutir
523 outra vez o assunto, está? Então, esse é o papel da consultoria jurídica nesse
524 processo, não é? São as câmaras técnicas, são dez, eu não vou repetir o nome,
525 trata de todos os assuntos. Pode ir. Elas são formadas por 17 membros, de sete a
526 17, a outra coisa que também é muito importante a gente saber é o seguinte, elas
527 são formadas por sete ou 17 conselheiros ou conselheiras, está? Eventualmente,
528 como a câmara técnica é técnica, o conselheiro pode não dominar o assunto
529 específico, então ele indica representantes, essa indicação de representantes é um
530 sistema nosso muito dinâmico, basta o conselheiro um dia antes comunicar que o
531 representante daquela câmara técnica é outra pessoa, comunicar à secretaria
532 executiva, a gente está feito, pois passou dois dias, mudou o tema da câmara
533 técnica, ele acha que deva ser outra pessoa, comunica. Então é bem dinâmico, não
534 tem, por exemplo, como tem aqui para indicar os conselheiros e conselheiras, mas é
535 representado pelo representante ou o conselheiro. Então, quando se dizem que a
536 câmara técnica, teve isso de vez em quando no passado isso, está pautando o
537 Conselho, pode até acontecer, mas são 17 conselheiros, como eu mencionei que
538 um conselheiro pode pautar o Conselho, então são 17 conselheiros que estão
539 presentes, não é 17 pessoas que se reuniram lá para comentar sobre o Conselho,
540 não, é um órgão oficial. Então é bom ter claro essa questão da câmara técnica, quer
541 dizer, a responsabilidade da presença é dos conselheiros ou a quem ele indicar, o
542 que não deixa de ter a responsabilidade. A ausência na câmara técnica por três
543 reuniões consecutivas ou seis alternadas, no decorrer de um mandato, implicará na
544 exclusão do seguimento, é diferente do Conselho, o Conselho não exclui o
545 seguimento, pede para trocar o representante. Na câmara técnica, em geral, tem
546 quando nós discutimos aqui câmara técnica, a composição, em geral, tem mais
547 interessados conselheiros, como somos 17, nós somos 57 conselheiros, tem mais
548 interessados do que o número de vagas, então o que é feito pelo regimento, vamos
549 supor, preenche os 17 e se tiver 20, esses e três desses 17 ficam como suplentes
550 por ordem, por uma ordem, o primeiro, segundo e terceiro suplente. Se ocorrer esse

fato de exclusão, sai o seguimento e o primeiro suplente vai e volta, está? Essa é a grande diferença. Aí, assim, a câmara técnica específica faz um parecer técnico que é encaminhado à CTIL e daí para o plenário. Volto a insistir, câmara técnica não decide se tem decisão definitiva sobre às pautas, a matéria que está em coisa, ela simplesmente opina em mudanças ou e opina sobre, vamos supor que aquela resolução entra, passa na CTIL ou em uma câmara técnica qualquer e essa resolução acha que não deva seguir em frente, a câmara técnica diz que a opinião da câmara técnica que é posição contrária à aprovação da resolução, daí vem para o Conselho com posição contrária à aprovação da resolução e o Conselho decide, pode até concordar ou discordar, como já ocorreu diversas vezes em reunião do Conselho de discordar da opinião da câmara técnica, está? Pode ser. Sim, e o grupo de trabalho eles são criados ou no Conselho ou pelo Conselho, ou dentro das câmaras técnicas, esses grupos quando no Conselho, pelo regimento, ele tem que estar dentro de uma câmara técnica, então o Conselho já indica a câmara técnica, ele deve estar dentro e ele é temporário, e aí tem um procedimento que o mínimo de três membros da câmara técnica, tem o coordenador e tem o prazo de até seis meses para chegar a alguma conclusão, podendo ser prorrogado por mais seis meses, está? Ele é aberto, todos os... Pode vir, pode convidar pessoas a participar do grupo de trabalho, está? Assim como da reunião de câmara técnica, assim como a reunião do Conselho, elas são públicas. Na câmara técnica tem palavra aberta a todos os participantes, sejam eles representantes ou não, se houver a votação, claro que quem vota são só os representantes. Aqui no Conselho a palavra é exclusiva dos conselheiros titulares e suplentes, caso tenha alguma pessoa que queira se manifestar, que não seja conselheiro titular ou suplente, tem que ser apresentado por um conselheiro titular ou suplente. Então, aqui é mais restrito, na câmara técnica é aberto e o grupo de trabalho é mais aberto aí da participação, está? Era isso. Às vezes, eu sei que como (...) pode ter alguma crítica, alguma sugestão, mas vamos deixar essas críticas e sugestões, esse é o regimento que hoje vigora e esse é o regimento que hoje a gente tem que seguir. Agora, qualquer mudança nisso está aberto depois no futuro a gente estudar isso dentro das respectivas câmaras técnicas. Obrigado. É bom. Informo que a agenda do dia e demais documentos foram encaminhados anteriormente aos conselheiros quando da convocação. E, agora, oficialmente, eu solicito a verificação do quórum.

A SRª. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA CNRH) –
Senhor secretário, nós atingimos o quórum regimental para iniciar a reunião.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Então, eu declaro aberta a sessão. Agradeço ao plenário pelo quórum e solicito que esse quórum seja mantido até o final da reunião. Peço que a cada intervenção, os conselheiros informem o nome completo e a entidade e órgão que representam para efeito do registro da ata que nós estamos gravando, está? Solicito que leiam os procedimentos para a reunião, são os detalhes da reunião. Por favor.

A SRª. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA CNRH) –
Somente terão direito a voto os conselheiros titulares, os conselheiros suplentes com o direito a voto são aqueles que estejam substituindo os titulares ausentes. Os

conselheiros suplentes terão o direito à voz, os conselheiros podem delegar, a seu critério, o uso da palavra para a manifestação em plenário. Os conselheiros inscritos serão chamados pela ordem de inscrição, farão o uso da palavra por três minutos, devendo todos se ater exclusivamente sobre o assunto em discussão. Encerradas as discussões, os resultados obtidos serão submetidos ao plenário para a aprovação, durante o processo de votação não será concedida à palavra para novos pronunciamentos nem apartes, a matéria será declarada aprovada ou rejeitada por maioria simples dos membros presentes, que seria a metade mais um dos votos dos conselheiros que se encontram presentes no momento da votação.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Ok. Então, dando continuidade, eu pergunto se tem algum requerimento de urgência. Aparecida, por favor.

A SR^a. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL) – Bom dia a todos vocês. Maria Aparecida Vargas, representante do setor de hidroeletricidade pela ABRAGEL, Associação Brasileira de Energia Limpa. Nós entramos com o requerimento de urgência hoje, no dia de hoje, com 20 das 15 assinaturas que são solicitadas e entregamos antes do início da reunião conforme nos determina o regimento interno, não é uma questão de grandes polêmicas, aliás, que nem de polêmica, a gente sabe que na hora de a aprovação de um plano de bacia sobre o plano da Bacia do Paraguai, nós fizemos a aprovação desse plano pelo... A recomendação da aprovação pelo Grupo de Apoio ao Paraguai no GAP e durante a reunião nós encaminhamos para a câmara técnica do plano nacional de recursos hídricos que veio pela aprovação do texto integral como foi recomendado pelo GAP e, assim também, passou pela CTIL e a gente só teve uma alteração na plenária que foi a Conselheira Patrícia Boson, pela CNI, que solicitou que uma ação que estava como de curto prazo passasse a ser como de médio prazo, que era a questão da discussão sobre a alocação de água, não sendo alterada em mais nada, além dessa solicitação em plenária. E foi publicado o resumo executivo, já foi distribuída na última plenária aqui do CNRH, a gente sabe como isso acontece, não é crítica nem a ANA e nem a empresa que fez o plano, mas a gente sabe que isso acaba acontecendo, na hora de fazer as revisões encaminhadas pelo GAP, um parágrafo ele não foi atualizado conforme o aprovado. Dentro do requerimento de urgência, a gente tem a ata dessa reunião, onde está específico o pedido de manutenção, deixa claro, inclusive, que nós do setor hidrelétrico fizemos uma proposta de uma revisão nesse parágrafo e que a gente foi voto vencido, o nosso parágrafo não foi aprovado e o que a gente está pedindo é exatamente para manter o que foi aprovado pelo Grupo de Apoio ao Paraguai e que, inicialmente, estava proposta e que no caderno executivo saiu de forma diferente. Eu não sei como que seria feita, eu não estava na plenária no dia, apesar de ser membro do GAP, a gente tem vários membros do GAP hoje aqui presente, mas a Alessandra Panizi que representa o SINDENERGIA também poderia estar aqui apresentando para vocês na forma como está no requerimento de urgência, eu indicaria justamente por eu não ter estado presente na reunião no dia. Mas aí, eu não sei se depende de colocar em votação, se a gente... Se a discussão entra depois de aprovada à inclusão na pauta, como é que fica.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Então, são dois procedimentos, agora a gente tem que decidir se entra na pauta da reunião, se entrar é o primeiro item, daí pode se discutir em detalhes aí, se for o caso, está?

A SR^a. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL) – O que a gente está pedindo, inclusive...

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Agora...

A SR^a. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL) – Só... Eu esqueci de falar. O que a gente pede é que saia uma errata que se anexe depois tanto nos meios digitais, que isso fica mais fácil e que a gente possa depois estar anexando nos meios físicos na hora da distribuição. Não é alteração, o recolhimento de... Nem cabe isso pelo teor e pela magnitude do que a gente está pedindo, é só uma errata mesmo para estar acompanhando o plano.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Então, vamos fazer esse procedimento. Primeiro, se aceita a inclusão desse requerimento de urgência, depois a gente vota o que tem que votar, se modifica, se fica, se rejeita. Mas aí, agora, é só saber se aceita o pedido de urgência, ok? Então, eu vou colocar em votação o seguinte, quem aceita o pedido de urgência, por favor, erga o papelzinho? Ok. Quem... Não, tudo bem. Quem não aceita? Três votos contrários. Abstenção? Sem abstenções. Então está aceito, daí a gente passa a discutir agora, no primeiro item da pauta a gente vai discutir. Eu te chamo de novo. Nós ainda estamos tratando da alteração na pauta, isso daí alterou a pauta. Há alguma sugestão, algum pedido de inversão de pauta ou retirada de tema da pauta? Eu esclareço que a retirada ela só pode ser feita por quem encaminhou ou pelo presidente da câmara técnica, está? Nenhuma? Então, mantém. Então, eu solicito que seja lida a nova Ordem do Dia.

A SR^a. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA CNRH) – A nova Ordem do Dia, a aprovação dada à 39ª Reunião Ordinária do CNRH, seguido do requerimento de urgência que foi admitido à admissibilidade e vimos com as deliberações sobre proposta de resoluções que foram encaminhadas, não vou ler todas, não é? São cinco propostas de resoluções que serão discutidas nesse plenário e quatro propostas de moções, seguidos os assuntos em gerais e encerramento.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Ok? Então, vamos dar início, então, a nossa reunião, com o primeiro item da pauta a aprovação da ata da 39ª Reunião. Como eu já mencionei, os conselheiros receberam a degravação e também o resumo, está? Alguém tem... E pedimos que fosse informado à secretaria executiva alguma sugestão de alteração no resumo. Foi informada alguma coisa, Roseli? Não? Alguém tem algum comentário sobre o resumo? Não? Então,

podemos considerar aprovada a ata da 39ª Reunião? Então, vamos passar agora para o pedido de regime de urgência... Para o pedido, já não é mais urgência, porque já está incluído. Para a proposta de resolução que aprova a errata que corrige a redação do plano de recursos hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai. Então, Aparecida, por favor.

A SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL) – Maria Aparecida Vargas, ABRAGEL. Eu vou pedir à Alessandra Panizi, conforme eu informei, mas antes de passar a palavra, só quebrar só um pouquinho o protocolo.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Quebra.

A SRª. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL) – Eu não poderia deixar de fazer a minha reverência ao Garrido, eu acho que aqui, colocando em cheque a nossa data de nascimento, estamos aqui desde o começo, eu acho que aqui nessa plenária acho que somos Garrido, você, Rui Brasil e eu, se não me engano, que estamos aqui desde a instalação. E que para a gente é uma honra ter iniciado tudo isso tendo você à frente, sabe Garrido? Foi um ensinamento, um aprendizado enorme, essa bagagem, que eu cito você várias vezes até hoje de tudo que a gente aprendeu e da forma como você conduziu esse Conselho foi assim uma coisa exemplar e a gente só tem a agradecer, está bom?

A SRª. ALESSANDRA PANIZI SOUZA (SINDENERGIA) – Com licença. Bom dia a todos. Eu sou Alessandra Panizi, venho falar em nome do SINDENERGIA e aqui é o representante do setor elétrico. O que eu gostaria de tratar aqui é bem objetivo. A fala inicial do ministro hoje foi falando do quanto esse Conselho é forte, da representatividade dele e da importância dele hoje e, diante disso, o nosso pedido, essa errata, vem justamente para manter esse Conselho forte nas suas publicações, porque por um equívoco o plano, quando foi publicado, ele saiu como um item dele transformado como uma diretriz e, na verdade, quando esse plano de recursos hídricos da Bacia do Paraguai foi discutido esse item que, se eu não me engano, está na tela no momento, é que eu não consigo ver a tela daqui, mas eu acho que é esse item que está escrito recomendações, ele saiu como uma recomendação. Então, o plano que foi referendado pelo grupo de trabalho da Bacia do Paraguai, que foi referendado e aprovado pela câmara técnica específica, que foi aprovado e referendado aqui, porque não houve mudanças, nesse sentido, quando foi votado, esse item tem que ser como recomendação. E quando ele foi publicado e isso deve ter sido um equívoco, ocorreu que ele saiu como diretriz. Então, o que a gente vem pedir aqui é uma errata, que é uma mudança de diretriz para recomendação. E isso se vocês tiverem alguma dúvida, eu posso pedir para passar os documentos, a gente tem todas as atas de reunião discutindo justamente isso e que está muito claro, ninguém está aqui, jamais estaríamos aqui tentando induzir a erro um Conselho tão importante, tão competente e tão respeitável. Então, o que nós queremos é desfazer um equívoco que ocorreu na publicação da matéria, só isso. Porque se vocês observarem em todos os outros momentos ela está como

recomendação e não diretriz. Isso, ok. Eu fico aqui para alguma dúvida, se alguém tiver, a gente tem a documentação, está?

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Algum... Humberto. Se identifica.

O SR. HUMBERTO CARDOSO GONÇALVES (ANA) – Bom dia a todos. Humberto Gonçalves, conselheiro suplente da Agência Nacional de Águas. Eu gostaria só de sugerir, porque essa é uma discussão que precisa ser feita não no âmbito da câmara técnica, isso não é aqui na plenária que a gente valida um texto na tela, que a gente vai decidir se houve ou não algum tipo de alteração e tal. Eu acho que isso é um assunto sério, é um assunto que precisa ser melhor apurado, esse erro, ou essa falha, ou esse ajuste, de (...) equívoco, sinônimos variados. Mas eu acho que seria interessante levarmos esse tema, já que é por isso que eu votei contra, porque se eu votasse à favorável, esse tema não seria discutido em câmara técnica, eu acho pelo seu regimento que você colocou ontem, agora a pouco, não é? Então, o regimento diz que a gente precisa discutir isso na câmara técnica e para tanto, já que está sendo discutido aqui, a minha solicitação, a minha proposição, nada contra, é que se deveria ser levado esse tema para a CTIL e a CTPLANO, e ver onde está o equívoco e eles lá vão corrigir e a termos, então, uma recomendação para a próxima plenária trazer para cá e discutir mais uma vez, eu acho que é uma coisa simples, mas que pode ter algumas consequências, e eu acho que eu não me sinto confortável de votar favorável a isso agora, antes de uma análise mais técnica, uma análise mais precisa, tanto da área da CTIL quanto da área da câmara técnica de planos. Só isso.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Aparecida

A SR^a. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL) – Acho que pela primeira vez... Aparecida Vargas, ABRAGEL. Eu estou discordando do Humberto aqui na plenária, a gente entende claramente, claro não estou fazendo nenhuma crítica a sua posição, institucionalmente acho que está coberto de razão o seu posicionamento. Mas apelo novamente, esse assunto já passou pelas câmaras técnicas, a câmara técnica aprovou o plano na sua integralidade e isso acontece e é isso mesmo que passa, o que a gente identificou na publicação depois foi uma divergência que não foi feita uma alteração, está posto a ata aqui, nós copiamos a ata da reunião do GAP, então não é nada que seja tão difícil se identificar. O que a gente está pedindo é uma adequação de redação cumprindo o que foi determinado pela aprovação, não tem nenhuma análise técnica a ser feita para ir para a câmara técnica do plano, era se coubesse alguma análise técnica, nós não estamos pedindo nenhuma análise técnica, a gente está pedindo uma correção com base no que foi aprovado e que o plano não cumpriu não hora de sua publicação. A gente não pode esquecer que esse plano ele está em fase de implementação, então eu não acho saudável a gente estar com o plano em fase de implementação, aonde aqui, nacionalmente, a gente já identificou que teve um equívoco, como eu disse e reforço mais uma vez, em nenhum momento nós estamos colocando culpas ou apontando culpados, de forma alguma, a gente sabe que isso acontece na hora de revisão de produtos, o que a gente está pedindo é que seja feito a adequação por nós termos

800 identificado, como qualquer outro poderia ter identificado em algum parágrafo, às
801 vezes, algum capítulo inteiro, algum erro e isso acontece na hora de revisão. Quem
802 trabalha com produtos extensos, grandes, a gente sabe que isso acontece, está?
803 Então, eu pediria que a gente, como eu iniciei a fala, colocando que essa era uma
804 questão muito simples, é uma questão de adequação, a gente mostrou na ata o que
805 está aprovado, reforcei que aprovou, na nossa proposição foi contrária a essa que
806 está aprovada, mas que a gente quer primar, inclusive, no reforço e reforçar o papel
807 e a competência do GAP na hora de aprovar os seus produtos. Eu acho que isso é
808 muito importante, a gente reforça cada vez mais o sistema de gestão quando a
809 gente faz valer essas decisões locais, está bom?

810
811
812 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA)** – Ok. Thereza e depois
813 Humberto. Você também? Então, depois do Humberto... Espera aí, deixa eu anotar
814 aqui, Thereza, Humberto, João, Higor. Mais alguém?

815
816
817 **A SR^a. THEREZA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO (ONGs-FONASC)** –
818 Bom dia a todos. Conselheira Thereza Christina, representante do seguimento das
819 ONGs, o FONASC. Bom, a nossa as palavras vão ao encontro das palavras do
820 conselheiro que acabou de falar, o conselheiro da Agência Nacional de Água, não
821 é? Nós entendemos, até fiquei surpresa agora quando eu vi esse assunto, porque
822 nós fazemos parte do GAP, inclusive, nós não tivemos nenhuma comunicação
823 anterior a esse momento agora e isso, inclusive, causa-nos surpresa, estranheza,
824 desse fato de não sermos comunicados se há equívocos, não é? Entendemos que
825 devíamos ter sido procurados de forma anterior, até para somar. Bom, entendemos
826 também que esse assunto já se encontra em outras instâncias, inclusive, a nível do
827 judiciário, já se posicionou com relação a esse tema. Então, a nossa sugestão é que
828 esse assunto se for, volte para as câmaras para que as câmaras se posicionem e
829 refaça essa discussão dessa alegação que está sendo feita agora. E também
830 entendo que na alegação que trouxe a conselheira, recomenda, ela coloca o verbo
831 recomendar, mas, inclusive, aqui não está sendo discutido, não vi um maior
832 entendimento sobre o que está recomenda ou deixa de recomendar, não é? Que
833 seria importante todo o pleno ter esse conhecimento do que qual seria essa
834 discussão, de forma mais profunda e entendo que esse não é o ambiente propício,
835 precisamos retornar às câmaras técnicas. Esse é o nosso entendimento.

836
837
838 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA)** – Ok. Humberto.

839
840
841 **O SR. HUMBERTO CARDOSO GONÇALVES (ANA)** – Dizer a Cida que eu não
842 discordo dela não, a Cida é companheira, nós não vamos brigar nunca, Cida, viu?
843 Mas eu só queria reforçar que quem fez a resolução, que foi o responsável por isso,
844 precisa rever, não é o plenário que vai rever isso, tem que rever é quem fez a
845 resolução, quem redigiu, vai consultar... A minha proposta de ir para a CTIL, porque
846 é ela que agrega todo esse processo, vai consultar, vai rever o documento, isso é
847 válido, acho que houve um equívoco, mas não é o plenário que vai decidir resolver
848 esse equívoco, tem instâncias específicas tanto da secretaria executiva, quando das
849 câmaras técnicas para rever esse processo. Cida, sou teu amigo, viu?

O SR. JOÃO FERNANDES DA SILVA (AESA- CERH/PARAÍBA) – João Fernandes, AESA da Paraíba. Eu acho que o retorno do Doutor Humberto colocou a questão que eu pretendia colocar com o centro. Na verdade, se isso foi analisado pelas câmaras técnicas, não apenas a de mérito, como também a de legalidade da matéria, foi aprovado por este plenário, alguém teria ficado ou deveria reproduzir a redação final lá aprovada. Aí aparece, a posteriori, essa redação diferente, ora falando em recomendação, ora falando em diretrizes, a semântica pode até nos permitir que tanto recomendação como diretrizes são a mesma coisa, se a gente pegar o sentido figurado das palavras, tanto recomendação quanto diretrizes têm o mesmo sentido. Portanto, eu quero... Vou concordar com o Doutor Humberto, essa matéria deve votar primeiro para quem fez ou fez publicar a redação final, porque todo ato, seja ele jurídico, administrativo, publica-se e quando se constata o erro volta, se faz a republicação para corrigi-lo, se isso for um erro, se for um erro na publicização da redação final que seja corrigido, se não foi melhor ainda, que se volte à câmara técnica para que ela ratifica o seu entendimento. Porque não dá para você trazer para o Conselho estar deliberando sobre matéria dessa natureza. Esse Conselho tem sido elogiado por todos os meios, reconhecida a sua importância, mas não dá para este colegiado tratar de certos detalhes, de certos erros cometidos durante todo um processo. Então, com essas palavras eu vou acompanhar o voto da ANA, que me parece muito lúcido. Se possível voltar ao órgão a quem cometeu o erro, se não possível voltar, efetivamente, para a câmara técnica, que lá sim é que se tem todos os debates, todas as discussões e todos documentos necessários e suficientes para se fazer, inclusive, a comparação e constatar-se o erro.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Igor.

O SR. IGOR RIBEIRO (MME) – Bom dia. Igor Ribeiro, Ministério de Minas e Energia. Primeiro, eu queria chamar a atenção para a questão da temporalidade. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos aprovou o plano, nós não estamos aqui em nenhum momento questionando a legitimidade do plano e a legitimidade, inclusive, das discussões que ocorreram lá em Campo Grande, em Cuiabá, nas reuniões, das quais, todos nós participamos, do Ministério de Minas e Energia, inclusive, nesta reunião em que aprovou essa recomendação, nós tínhamos dois representantes, eu e o Cássio que hoje é diretor do departamento de planejamento energético do ministério. Essa recomendação, trata-se do aguardo da conclusão de estudos que estão sendo coordenados pela ANA com relação a hidrelétricas na região do Paraguai, da Bacia Hidrográfica do Paraguai, essa recomendação, se os senhores notarem, é contrária ao Ministério de Minas e Energia ela recomenda que se aguarde a conclusão de estudos para que se lancem novas outorgas de recursos hídricos. Isso foi posto em votação no grupo de acompanhamento e nós perdemos essa votação, perdemos por um voto, mas o GAP tem legitimidade e a palavra do GAP que consta da ata desta reunião, deve valer do plano de recursos hídricos daquela região. O que não pode é a gente tentar desvirtuar uma recomendação para virar de repente uma diretriz estratégica, que essa discussão não ocorreu e eu digo com o conhecimento de causa, porque eu participei desta reunião que aprovou uma recomendação e não uma diretriz estratégica. Então, a questão da temporalidade, e aqui eu faço um pleito aos senhores para que a gente coloque em votação esta questão, porque pode já estar ocasionando em consequências, inclusive, para o

planejamento energético do país e para os investimentos na área de recursos hídricos naquela região. Obrigado.

O SR. RUI BRASIL (CERH/SP) – Rui Brasil Assis. Conselho Estadual de São Paulo. Bom, foi colocado aqui que o assunto não era polêmico, mas a gente já viu prós e contras, então o meu encaminhamento é de que se vote o retorno à câmara técnica.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Mais algum... Então, dá o encaminhamento também. Aparecida.

A SR^a. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL) – Aparecida Vargas, ABRAGEL. Como o Rui fez o encaminhamento, o meu encaminhamento é o mesmo do inicial que eu abri a fala, pedindo que a gente coloque em votação hoje aqui pelos motivos expostos tanto pela Alessandra, pelo Ygor, por mim, e que a gente não está em momento nenhum questionando a aprovação do plano, muito pelo contrário, nós somos a favor da aprovação do plano, o que a gente quer é uma correção por um equívoco na hora de publicação, somente isso, uma errata.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Ok. Eu vou dar o encaminhamento, temos dois, um é voltar à câmara técnica específica, eu imagino que essa proposta, no caso como eu tenho a impressão que tem um caráter mais legal do que... Então, voltaria à CTIL, está? Do que mérito, não é? E com a recomendação explícita que o que deva ser discutido na CTIL é somente isso, não é uma revisão da resolução. Não é por que... É por isso que deixar claro esse ponto que é exatamente o que foi levantado aqui com o pedido da coisa... A outra seria a gente discutir aqui e sair para a aprovação ou não dessa resolução. Eu vou conduzir da seguinte forma, eu vou conduzir... Porque se a gente vota a segunda mata a primeira, então eu prefiro, se vocês concordarem, eu prefiro votar a primeira de volta para a CTIL, caso isso seja aprovado está resolvido, se não for aprovado, daí a gente vota a aprovação ou não dessa resolução, está bem assim? Aparecida, precisava registrar... E primeiro que eu não escuto e segundo que fica... Talvez, alguém com... Evitar de vir até aqui nesses casos.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Então é isso aí. É só corrigir.

A SR^a. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL) – Aparecida Vargas, ABRAGEL. O Júlio, eu acho que é uma votação só, porque se uma anula a outra, aí coloca a proposta um e proposta dois, quem vota na proposta um e quem vota... Aí você define qual que é...

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Não, mas a proposta dois ela se for recusada a proposta de vocês na proposta dois, permanece o texto.

A SR^a. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL) – Entendi.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Entendeu?

A SR^a. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL) – Está.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Permanece o texto que vocês estão achando que está errado. Por isso que ela é... Eu acho que ela deve ser em um segundo momento.

A SR^a. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL) – Não, não, a proposta um vai para a CTIL, proposta dois aprova o pedido nosso.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – E se não aprovar?

A SR^a. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL) – Vai para a CTIL.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Não, aí também... Não, a primeira, deixa comigo.

A SR^a. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL) – Não, está bom. Você...

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Está. Vamos colocar em votação, então, a primeira proposta. Ou seja, encaminhar à CTIL para que verifique o que foi solicitado nessa resolução que e depois encaminhe para a... Reencaminhe outra vez para o plenário do Conselho para a próxima reunião do plenário do Conselho. Quando eu falar em votação, morreu hein gente.

O SR. JOÃO FERNANDES DA SILVA (AESA) – João Fernandes outra vez. Não é para polemizar, é se o trabalho foi feito pelo grupo e pela comissão, nós não sabemos exatamente onde é que houve a mudança do texto ou da literatura, porque, pura e simplesmente, não deliberar, volta ou não volta? Voltar a quem tratou da matéria, à CTIL e ao grupo de trabalho, porque se um dos dois constatar facilita a nossa vida e na próxima reunião nós vamos aprovar, porque afinal de contas ninguém aqui quer reprovar essa matéria, quer apenas que se encontre o erro, que

se encontre o erro, se está no grupo de trabalho ou se está na CTIL para, exatamente, a matéria, digamos assim, ser corrigida e ser, digamos assim, veiculada corretamente, Doutor Julio.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Ok. Não, mas é só para... Está bem, depois eu comento sobre isso. Igor. Gente, depois do Igor eu vou encaminhar para... Porque eu acho que...

O SR. IGOR RIBEIRO (MME) – É só uma questão de encaminhamento, porque o que foi colocado em regime de urgência, na verdade, é uma proposta de resolução que acata a resolução proposta, uma possível consequência de encaminhar à CTIL ou ao próprio GAP é uma consequência da não aprovação disso. Então, eu solicitaria que primeiro fosse avaliada a proposta de resolução, que é o pedido de requerimento de urgência, não faz sentido surgir um novo requerimento... O requerimento de urgência apresenta uma minuta de resolução a ser apreciada pelos senhores que faz uma errata...

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Ok, você... O que eu estou entendendo é que vocês queiram que seja aprovado o pedido para ser revisto, é isso?

O SR. IGOR RIBEIRO (MME) – Isso.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – É isso? Então, o pedido para ser revisto. Então, tudo bem. Então, a gente pode discutir esse pedido para ser revisto e uma vez que seja aprovado isso, a gente já está aprovando que essa revisão vai ser feita pela CTIL.

[1:41:48] A SRª. NÃO IDENTIFICADA – É do jeito que está no regimento.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Está certo? Vocês não querem a CTIL, gente?

[1:41:54] A SRª. NÃO IDENTIFICADA – O Julio, o regimento diz que o pedido de vista que não for aprovado aqui ele já entra para a próxima pauta, não é isso? E aí a secretaria executiva que vai definir para qual câmara técnica encaminha, não?

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Não, não, mas isso... Não, isso... Não, não, gente, vamos lá. Eu não sei se não prestaram atenção no que eu falei aqui na exposição...

1050
1051 **[1:42:11] A SRª. NÃO IDENTIFICADA – Desculpa.**
1052

1053 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) –** Saber se vai direto
1054 para a outra é quando a admissibilidade de discutir o pedido de vista, agora nós
1055 estamos discutindo se a aceita ou não o que foi falado, já não existe mais pedido de
1056 urgência, aqui já é a resolução que nós estamos aceitando ou não. Então, olha, eu
1057 vou encaminhar da seguinte forma, está? Se vocês concordarem. Primeiro, nós
1058 estamos votando se existe um problema e tem o problema, para mim, isso já foi no
1059 fundo e já foi votado quando admitiu o pedido de urgência, para mim, isso já foi
1060 votado, mas se vocês querem que vote outra vez, votamos outra vez. Votamos se
1061 isso, se existe esse problema, e na hipótese da aprovação a gente já para não ficar
1062 perdendo tempo, a gente encaminha à CTIL para fazer os... Enfim, para verificar o
1063 que aconteceu e dar um parecer para a próxima reunião do Conselho, está? Quer
1064 dizer, amarrado com a próxima, não é para ficar discutindo os seis meses, é para a
1065 próxima reunião e somente para esse item, que nós não vamos voltar a discutir o
1066 item inteiro lá do plano, está? Está bem? Então, eu vou colocar em votação. Bom, a
1067 maioria entendeu o que eu falei? Não, ninguém entendeu o que eu falei? (...) O
1068 seguinte, em votação a seguinte coisa, nós estamos concordando que existe um
1069 problema, para mim, não precisava, mas estamos concordando que existe um
1070 problema... Está. Estamos concordando que existe um problema, aqui, nós agora
1071 estamos votando o seguinte, esse problema ele deve ser encaminhado à câmara
1072 técnica para ser revisto, no caso à CTIL, revisto até a próxima reunião encaminhar
1073 ou nós vamos se não for isso, se for negado, nós vamos decidir agora se isso vai
1074 para frente ou não. Então, se a gente decidir que é encaminhado à CTIL, nós
1075 vamos, e morreu o assunto nessas condições que eu mencionei, se não, nós
1076 votamos o assunto e vamos dizer se aprova ou não aprova essa resolução e aí se
1077 aprovar fica com o texto sugerido pela Aparecida, se não aprovar permanece o texto
1078 errado ou seja lá o que for, conforme o que está aí. Está bom? Entendeu agora?
1079 Então, eu vou falar a palavrinha mágica, em votação, está? Nós... Quem for
1080 favorável ao encaminhamento dessa matéria à CTIL para que revise no prazo
1081 máximo até a próxima reunião do Conselho, a aceitabilidade ou o problema que foi
1082 apresentado aqui nesse período (...). Quem for favorável a essa medida que erga o
1083 crachá, por favor? Quem for contrário? Tem algum voto contrário, porque eu não
1084 estou enxergando? Tem um? Três contrários. Quem for... Quem abstém? Oito
1085 abstenções. Querem contar o... Eu acho que não precisa. Então foi aprovado o...
1086 Que a gente encaminhe essa solicitação de resolução à CTIL para que ela discuta
1087 somente esse parágrafo, essas palavras e retorne ao Conselho na próxima reunião,
1088 ok? E aí o Conselho vai deliberar se aceita ou não. Muito bem. O próximo item da
1089 pauta, os três próximos itens da pauta são semelhantes, são para bacias
1090 hidrográficas diferentes, porém são semelhantes, está? O primeiro é deliberação
1091 sobre a proposta de resolução que dispõe sobre a utilização do preço público
1092 unitário da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União da Bacia
1093 Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, isso foi encaminhada pela câmara técnica para a
1094 CTCOB. Então, eu convido o representante, o primeiro do comitê da Bacia da
1095 Paraíba do Sul, não sei se está presente, se quer fazer alguma manifestação?
1096 Quem? Quem é? Não veio? Está. Então, uma vez que o representante não está aqui
1097 presente, eu vou convidar a presidente da câmara técnica, Livia Soalheiro, da
1098 CTCOB para relatar como é que foi a tramitação lá na câmara técnica.
1099

1100
1101 **A SRª. LÍVIA SOALHEIRO E ROMANO (CTCOB)** – Bom dia a todos. Livia
1102 Soalheiro, presidente da Câmara Técnica de Cobrança do Conselho Nacional de
1103 Recursos Hídricos. No caso do CEIVAP, Paraíba do Sul, o comitê iniciou o seu
1104 debate no final do ano passado, tendo a proposta na plenária no final do ano
1105 passado de aumento de 100% no valor do PPU de uma só vez e aí a plenária,
1106 então, naquele momento, decidiu para que isso fosse levado para a câmara técnica
1107 do comitê, aonde o assunto foi amplamente debatido com participação ativa dos
1108 usuários, chegando à proposta de que esse aumento de 100% fosse parcelado em
1109 três etapas por três anos. E o assunto retornou, então, à plenária, o plenário aprovou
1110 esse aumento e aí com o embasamento técnico feito pela agência de bacia Agevap,
1111 um embasamento bem estruturado, o assunto, então, passou na plenária do
1112 CEIVAP no dia 05 de abril, foi trazido à câmara técnica ainda no mês de abril, se eu
1113 não me engano. Na câmara técnica houve apresentação do comitê da agência de
1114 bacia, o pacto na bacia ele foi muito tranquilo de ser feito, o PPU lá foi aprovado, se
1115 eu não me engano, apenas com três votos contrários e com isso o assunto passou
1116 pela CTCOB de uma forma muito tranquila, esse aumento em três parcelas, ele está
1117 atrelado a investimentos que serão feitos na bacia, há um plano de bacia que está
1118 sendo revisado. A capacidade da delegatária de absorver na execução esses
1119 recursos, então, pela CTCOB, o parecer foi favorável. Julio, então, CTCOB, o
1120 parecer foi favorável e a manifestação dos membros está bem descrita no parecer
1121 da CTCOB que foi encaminhada a todos os conselheiros.

1122
1123
1124 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA)** – Obrigado, Livia. Eu
1125 pergunto se a presidente da CTIL, você tem alguma coisa a dizer? Também não
1126 teve problema, não é? Então, fica aberto aqui a discussão, quem quer opinar sobre
1127 o tema? Em não havendo...

1128
1129
1130 **O SR. JOÃO FERNANDES (CERH PARAÍBA)** – Senhores companheiros, esta é
1131 uma matéria que é complexa, na medida em que nós somos um país continental,
1132 oito e meio milhões de quilômetros quadrado, na Amazônia tem a água para dar de
1133 beber ao mundo para garantir a produção do mundo todo, no Nordeste Brasileiro e
1134 no Nordeste Setentrional ou chamado (...), nós temos apenas 0,5% das águas do
1135 Brasil. Isso atíça a nossa inteligência, a nossa vontade de encontrar solução para os
1136 nossos problemas, porque um tem água demais, outros tem águas demais e alguns
1137 tem água de menos. E nós, não sei se porque a dois sinos a gemer, o sofrimento,
1138 Professor Garrido, ensina a gente a reagir diante dos problemas, a gente percebe
1139 que enquanto... Eu estou marcando só posição, Doutor Julio, enquanto nós não
1140 entendermos que devemos usar as melhores tecnologias para dizer que o uso da
1141 água é efetivamente racional, é inteligente, é aceitável. Enquanto nós não medirmos
1142 direito as vazões de água que são ofertadas para os usuários do Brasil, seja ele
1143 urbano e no urbano você coloca tudo, você coloca indústria, coloca o humano,
1144 coloca comércio, coloca isso e aquilo e no rural a gente enxerga mais os setores
1145 produtivos, o agronegócio do Brasil, enquanto a gente não medir esse consumo de
1146 água e, mais ainda, enquanto a gente não transformar o PPU em um valor efetivo,
1147 um valor que representa alguma coisa, que as pessoas entendam que aquilo tem
1148 um valor econômico e entenda um valor econômico, aquilo pode refletir ou repercutir
1149 no preço do produto final que nós estamos a produzir, nós não teremos, sem essa

trilogia aqui, essas três variáveis, educar para usar melhor a tecnologia, medir e cobrar, nós não vamos ter gestão de água que nós sonhamos, que nós desejamos, que está já tipificada, ou qualificada, ou regulamentada pela legislação brasileira. Por isso... E eu vou dizer isso, porque eu participei de um encontro do Fenova em São Paulo... No Rio de Janeiro, e pude constatar as minhas suspeitas, como neófito no negócio aqui, não é? No ramo, como aprendiz de marinho, não é? Eu pude tirar as minhas dúvidas quando o querido Rui Brasil que aí está, ele dizia que quando se instituiu o preço da água, instituiu-se com o propósito de educar, só que nós tentamos educar em 1976, até hoje ninguém aprendeu a lição, até hoje ninguém aprendeu a lição, parece que em 76, a Lei da Paraíba é de 76, não é? A de São Paulo também é desse tempo. E dizia-se que vamos colocar aí dez milésimos de real ou dez milésimos por um metro cúbico, que é o que está praticando na maioria dos estados. Aí os companheiros lá do comitê diz vamos dobrar, você falou que o seu relatório foi completo, Doutora Livia, não é? No seu relatório você diz vamos dobrar, sair de dez para certamente 20 milésimos, eu estou usando um parâmetro, porque não dá para eu precisar, tem N valores ali a ser cobrado. Daí porque nós precisamos e o Conselho Nacional de Recursos Hídricos precisa aprofundar essa discussão da questão do real valor da água. Eu sei que alguém vai dizer não, você quer aumentar os custos de produção, mas a energia aumenta todo mês, a água tratada aumenta todo mês, a gasolina aumenta quase todo o dia e tudo isso repercute nos custos de produção da indústria e do comércio do setor de serviços do Brasil. E por que a água não pode? Porque aqui eu não posso aumentar um pouco, dar um valor real ou, pelo menos, próximo do real para a água e ela repercutir no preço do celular do Doutor Julio, por que isso não pode ser feito? Então ou nós aprendemos a fazer isso ou nós nunca iremos fazer verdadeiramente gestão de água no Brasil, porque nós fazemos de contas que cobramos e os usuários de água fazem de conta que pagam. E o que aconteceu há 20, 30 anos atrás ainda é o preço de hoje, não é? Portanto, eu queria só marcar essa posição, porque eu tenho procurado repetir isso, porque eu encontro esta dificuldade para gerir as águas no nosso estado. E quero crer que outros estados encontrem também. Claro que na Amazônia ninguém vai ter dificuldade para fazer, vai ter dificuldade para fazer gestão de água, porque tem água demais, deixa para lá, porque é assim que o brasileiro faz, é a cultura que nós recebemos e nós admitimos. Presidente, era só. Obrigado pela oportunidade e obrigado pela tolerância dos queridos companheiros conselheiros.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Obrigado. É um assunto importante que você trouxe aqui. Livia, mais um comentário, devo colocar em votação, está?

A SR^a. LÍVIA SOALHEIRO E ROMANO (CTCOB) – É um comentário bem breve. É só para dizer que a Resolução do Comitê ela respeita a 192 e prevê que o índice de conservação ele seja utilizado nesse parcelamento.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Ok. Então, vou colocar em votação a resolução, todos os senhores receberam o texto dessa resolução. Quem vota favorável à aprovação, por favor, erga o crachá? Voto contrário? Dois votos contrários... Três votos contrários. Abstenções? Três, quatro abstenções. Ok?

Aprovado por maioria então. Está aprovada essa resolução. O próximo item aprova os mecanismos e os valores de cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, também encaminhada pela CTCOB. Então, eu convido o representante do Comitê da Bacia do Rio Doce, está aqui presente? Está, não é? Por favor. Cadê? Levantou muita gente, mas não... É para apresentar os motivos que levaram à proposta desses preços que aí estão.

A SR^a. LUCIANE TEIXEIRA MARTINS (PRESIDENTE DO CBH - DOCE) – Então, bom dia a todos e a todas. Eu sou a Lucinha, Luciane, mas é Lucinha, estou presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Nós temos aqui também, como representantes do comitê, o Guilherme que representa a Prefeitura de Governador Valadares e o Edson que é representante do setor usuário, eu represento a sociedade civil no comitê. Então, primeiramente, é trazer que essa discussão de cobrança iniciou no Comitê da Bacia do Rio Doce depois que nós recebemos um documento do IBIO sugerindo valores, uma discussão sobre a questão da cobrança, isso aconteceu dia 21 de dezembro do ano passado e nós precisávamos de um prazo, já no contrato de gestão, para que a gente fizesse essa discussão até o meio do ano de 2018. Em fevereiro nós criamos um Grupo de Trabalho com representantes dos órgãos gestores, ANA, AGERH e GAM, com representantes dos segmentos, dois representantes de cada um dos segmentos, não é? E esse grupo, a partir de análises desse documento, entenderam que era preciso fazer outras colocações e cenários e a partir daí surgiu a proposta que foi trazida para o Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Além disso, nós realizamos reuniões, mais reuniões na CTIL, porque esse grupo estava criado dentro do âmbito da CTIL e também depois aprovado na plenária do Comitê da Bacia do Rio Doce e é importante dizer que nessa aprovação no comitê, nós tivemos quatro votos contra na reprovação dessa proposta, não foi uma proposta que teve aprovação em consenso, mas os quatro votos que ocorreram foram para que não ocorresse aumento nenhum dos valores da cobrança e vieram, principalmente, de um SAAE... Do SAAE de Governador Valadares, lembrando-se da situação da Bacia do Rio Doce, desde o rompimento da Barragem da Samarco, com ainda muita desconfiança e com relação à qualidade da água, então qualquer aumento que se colocasse o SAAE tratava que era uma situação muito complicada de se levar, por causa do debate que a gente tem ainda com relação à qualidade de água lá, embora eu tome a água tratada pelo SAAE. Mas ainda, no outro, na governança paralela, eu não sei se vocês conhecem o Comitê Interfederativo, ainda não foi aprovado o primeiro relatório, depois de três anos, o primeiro relatório não foi aprovado com relação ao monitoramento da qualidade da água e foi através disso que o SAAE, no caso, se manifestou, não é? É importante lembrar também que esse foi o impacto, então, que o Comitê do Doce, nós que estamos na bacia, nós que trabalhamos lá o tempo todo, nós achamos que era adequado para esse momento, mesmo que isso dependesse também de readequação das nossas atividades e é o que a gente já está fazendo em um grupo criado pelo próprio Comitê da bacia, não é? Outra importante consideração também para tratar quando a gente fala de cobrança e eu já sei que vai ser objeto também de moção aqui é que o valor arrecadado da cobrança, tanto na porção mineira da Bacia do Rio Doce quanto na cobrança federal, a cobrança mineira representa 60% da cobrança do recurso que a gente tem disponível para poder fazer tanto o custeio da agência como também a execução de projetos e nós vivemos uma situação, não só os seis comitês da Bacia do Doce Mineiro, mas também todos os comitês que

têm cobrança aprovada em Minas, de Minas não ter repassado recurso à cobrança dos 92,5% desde 2015 para custeio da... Para que a gente... Para que os programas fossem a ser executados e 2017, nenhuma vez, repassou o 7,5. Hoje nós temos um acordo, só para completar o assunto, porque a gente m pode, a gente sempre tem que tratar a questão de uma forma mais complexa, hoje os recursos da cobrança de Minas têm vindo para o sistema através de uma articulação dos comitês mineiros com o Ministério Público e um processo na justiça que resultou no acordo do Governo de Minas, Ministério Público e a nossa entidade delegatária e as parcelas atrasadas da cobrança estão vindo agora em um acordo, então, que foi colocado na justiça, não é? E, às vezes, com atraso de parcelas, mas é assim que a gente tem trabalhado nesse momento. De qualquer forma, é o pacto que a gente coloca, é o pacto que a gente faz na bacia nesse momento, entendendo todas as dificuldades que a gente tem, mas também com o compromisso de rever metas, revisão do plano, enquadramento que nós vamos começar também a discutir agora e também aprimorar, apesar de a gente estar trazendo esse assunto, aprimorar também mecanismos e formatos de pagamentos da cobrança, estando na nossa pauta, já começar a discutir os mecanismos diferenciados de pagamento que a gente deve começar a trazer para a plenária do comitê no dia 06 de dezembro, mas já está pautado em grupos de discussões dos comitês da Bacia do Rio Doce, não só do Doce, mas dos demais também. Então, eu queria agradecer à oportunidade e a gente está à disposição, eu, Guilherme e Edson para qualquer esclarecimento, se for necessário.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Ok. Convidar, então, a presidente da Câmara Técnica de Cobrança, Livia Soalheiro.

A SR^a. LÍVIA SOALHEIRO E ROMANO (CTCOB) – Livia Soalheiro, presidente da Câmara Técnica de Cobrança. O assunto da cobrança do Doce foi submetido à CTCOB em dois momentos. Em um primeiro momento o de apresentação foi feita pelo comitê e por sua entidade delegatária, a discussão foi bem intensa, porque como disse a Lucinha aqui, não é? Os valores são um pouco abaixo do que era esperado diante da resolução 192, mas pelos membros da câmara técnica foi compreendido que o pacto possível na Bacia era esse, nesse momento onde o Doce vem pós-desastre, a compreensão de que a situação da discussão do instrumento cobrança no Espírito Santo é muito delicada. Então, uma compreensão dos membros, nesse sentido, mas com a demanda ao comitê de que no prazo de três anos, até 2021, o comitê volte a este Conselho com estudos embasando uma nova proposta de PPU, não é? Seja qual for esse PPU, mas embasada com relação com o plano de bacia que também está iniciando o processo de revisão. Então, a gente pede para que esses dois instrumentos sejam linkados e esse retorno seja feito ao Conselho, à CTCOB primeiro para poder pautar na CTIL posteriormente, Depois a esse conselho. A câmara técnica se manifesta favorável à demanda do Comitê Doce.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Obrigado, Livia. Eu pergunto à Doutora Adriana se quer fazer alguma consideração sobre a CTIL, sobre esse tema? Está bem já? Está ok, então não tem problema. Então, está em

discussão, quem quer se manifestar? Por favor, se identifique. Mais alguém? Está bom.

O SR. ALBERTO FLÁVIO PÊGO (AGERH-CERH ES) – Bom dia a todos. Alberto Pêgo, eu estou Diretor Presidente da AGERH, a Agência Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo, que é um dos estados formadores da Bacia do Rio Doce. Um dos temas que nós vamos avaliar, ao final dessa reunião, acredito que no dia de amanhã, vai ser, inclusive, o assunto da inexistência, até o momento, da cobrança do Estado do Espírito Santo, que é um fator que ajuda a impactar os problemas que nós temos vivido lá na Bacia do Rio Doce, não é isso? O Espírito Santo, hoje em dia nós só temos cobrança na calha federal, não é isso? No Rio Doce, e a cobrança no Estado de Minas Gerais, que vinha sendo contingenciada e a boa notícia é que o Estado de Minas Gerais têm agora conseguido regularizar os repasses para o comitê para a agência, não é? Eu queria aqui, então, dizer que em 2002, quando o comitê foi criado eu não era membro de órgão governamental, ajudei a fazer o processo de criação do comitê e venho acompanhando todo esse processo, depois com a aprovação do plano, do PIRH, do Plano Integrado do Rio Doce, e agora, felizmente, há poucos meses atrás, desde maio, estou lá como diretor presidente da AGERH e, como diz o ditado, assim, eu sei que o problema da não cobrança do Espírito Santo é um problema que se deve às gestões anteriores a minha, mas o diz o ditado que quando a gente casa com a viúva, não é isso? A gente tem que assumir os filhos. Então, o problema da não cobrança virou um problema também meu, embora eu não tenha contribuído para ele no início. E eu queria informar que no Estado do Espírito Santo nós temos 14 bacias hidrográficas, cinco delas estão na Bacia do Doce, bacias estaduais ligadas à bacia do Doce e que nós vamos conseguir sim implantar a cobrança no Espírito Santo, apesar do clima muito adverso que a gente enfrenta no momento, político, inclusive, não é? De muita reação e um dos fatores alegados como negativo, como contrários a essa cobrança é exatamente o problema contingenciamento que aconteceu em Minas Gerais, porque muita gente está vendo? Lá em Minas, eles cobram e o dinheiro não vai parar dentro... Então, teve também esse reflexo, mas é, obviamente, que não é o caso mineiro apenas, que é o responsável por esse tipo de reação do Espírito Santo. Eu estou, então, informando que dentre as 14 bacias do Espírito Santo nós vamos romper o cerco, nós vamos ter cobrança no Espírito Santo e a primeira cobrança vai começar exatamente por uma bacia afluente do Doce. Nós temos acompanhado o caso de uma bacia que está vivendo um problema muito grave de, digamos, de fragilidade do sistema, porque a agência, hoje em dia, enfrenta dificuldades financeiras muito graves na Bacia do Doce e, ao mesmo tempo, enfrenta um desafio ambiental, acho que, talvez, o maior acidente, a maior tragédia de recursos hídricos que acontece na história do Brasil, aconteceu exatamente na Bacia do Doce. Então, ela enfrenta um momento de fragilidade do sistema de recursos hídricos na hora que o sistema é mais demandado, devido a esse problema, esse acidente que aconteceu. Então é muito importante que o Conselho não falte ao Comitê do Doce, nesse momento, que compreenda a dificuldade financeira que a bacia vive e que a gente... Todo... Todos nós possamos formar 100% unanimidade a favor da saída que o comitê encontrou e que foi também aprovada na comissão na Câmara Técnica de Cobrança. Muito obrigado. Esse é o nosso... Quase uma declaração de voto antecipada.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Obrigado, Alberto. Alguém quer mais fazer algum comentário? Não? Então, em votação. Quem aprova essa resolução que aprova os mecanismos, os valores de cobranças pelos recursos hídricos da Bacia do Rio Doce, por favor, erga o crachá... O cartão? Não é o crachá. Quem desaprova, por favor? Quem... Abstenção? Dois, três, quatro, cinco, seis, sete. Sete abstenções, nenhum voto contrário, está? Então, consideramos aprovado. O próximo item da pauta é aprova a atualização dos valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba, Capivari, em Jundiaí. Então, eu convido o representante do PCJ. Está escondido lá no fundo, eu estava procurando que era... Por favor.

O SR. MARCO ANTÔNIO DOS SANTOS (COMITÊ PCJ) – Trocou de lugar agora.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – É aí para ter mais visibilidade.

O SR. MARCO ANTÔNIO DOS SANTOS (COMITÊ PCJ) – Bom dia. Embora escondido, mas presente. Eu sou o Marco, eu sou o representante do PCJ. E eu quero passar a palavra aqui para o nosso diretor administrativo da Agência de Bacia, Ivens.

O SR. IVENS DE OLIVEIRA (PCJ) – Bom dia a todos. Eu sou o Ivens de Oliveira, diretor administrativo e financeiro da Fundação Agência das Bacias PCJ. Bom, diferente das duas discussões anteriores, a proposta lá nas Bacias PCJ está relacionada à atualização dos valores, até porque toda a discussão em relação à metodologia, mecanismos, parâmetros e a revisão da cobrança pelo uso da água, nós estamos fazendo em paralelo a nossa revisão do plano de bacias. Então, até o final de 2019 nós teremos o nosso plano de bacias já revisado e, inclusive, com a nova proposta de alteração de mecanismos, de parâmetros e, principalmente, de valores da cobrança, não é? Então, nesse sentido, a nossa proposta vem no modo de consolidar, de referendar aquilo que foi discutido na resolução aqui do CNRH de atualização dos preços, considerando a variação do IPCA, não é? Tinha-se uma discussão na Resolução 192 de atualizar os preços, considerando o último ano de aprovação do CNRH em si, nós fizemos uma série de estudos, fizemos uma avaliação de vários cenários, com uma ampla discussão lá no comitê das bacias, na Câmara Técnica de Cobrança, na CTPL e na plenária dos comitês PCJ e nós vimos que se fosse aplicado a variação do IPCA aos preços desde 2014, nós teríamos um impacto muito forte para os usuários e, inclusive, nas discussões no âmbito dos comitês de bacias, o setor de usuários considerou muito válida essa preocupação e essa discussão em relação a um aumento muito expressivo. Até porque entre 2014 e 2016, nós já tínhamos dito uma atualização dos preços de cerca de 27%. Então, se nós aplicássemos mais a avaliação do IPCA, desde 2014, nós teríamos ainda um acréscimo superior a 30%, então isso teria um impacto muito forte para os nossos usuários e nós estamos exatamente no processo de revisão da cobrança. Então, a partir dessas discussões o que nós referendamos foi a aplicação do IPCA na

Resolução 192 do IPCA, a partir de novembro de 2016 até outubro de 2018, o que, na verdade, são apenas... Reafirma o que a resolução do CNRH já estabelece de atualização a cada doze meses com a avaliação do IPCA. Então, essa é a nossa proposta.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Obrigado. Livia, por favor, apresenta a Câmara Técnica, a CTCOB.

A SR^a. LÍVIA SOALHEIRO E ROMANO (CTCOB) – Livia Soalheiro, presidente da CTCOB. A discussão do PCJ também se deu em dois momentos na câmara técnica, essa é uma metodologia adotada pela câmara técnica, um primeiro momento onde se dá a apresentação da discussão dentro do Comitê de Bacia e dos subsídios técnicos pela entidade delegatária e em um segundo momento, onde os membros da câmara técnica partem para a deliberação dentro da minuta para ser trazida para esse Conselho. O PCJ, então, já explicou como o procedimento se deu internamente e por que da escolha desse valor e a câmara técnica compreendendo tudo que foi esclarecido aqui pelo PCJ e na câmara técnica em mais detalhes, ela concorda com a aprovação da minuta apresentada e também criou o compromisso com o Comitê PCJ de revisão do PPU, do novo valor de cobrança em afinidade com o plano de bacia que, como o lvens disse, está previsto para ser encerrado no final do ano que vem, para que esse novo valor esteja aderente ao que vai ser pago do plano de bacia com recursos da cobrança. É isso, Julio.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Obrigado, Livia. Em discussão. Algum comentário? Não? Então, em votação. Quem concorda com o que está estabelecido na resolução, pelo que erga o cartão? Quem discorda, por favor, erga o cartão? Duas discordâncias. Abstenções? Uma, duas, três, quatro, cinco abstenções. Então, aprovado por maioria essa resolução, está? Eu quero só fazer um comentário aqui rapidinho, assim, mudando de assunto, desse caminhar nosso, nesse aprimoramento da lei, não no aprimoramento da lei, mas... Aprimoramento e também na implementação da política nacional de recursos hídricos, não é? Hoje nós temos onze comitês de bacias de rio federais, 220 e algum número de comitês e bacias em rios estaduais, dos comitês de bacias de rios federais, quer dizer, hoje nós vimos a apresentação aqui de três comitês que vieram aqui, que se adaptaram em uma evolução que nós tivemos nessa resolução 192 aprovada aqui pelo Conselho de atualização de preço, não é? Isso é muito importante para o funcionamento do Conselho, não é? Quer dizer, isso nós não podemos, como o João Fernandes falou, não podemos fazer de conta que paga e como é que é? E outro de conta que recebe e vice e versa, não é? A cobrança ela não veio para substituir imposto, mas ela é um instrumento de gestão. Então, se esse instrumento de gestão, e aí como é um instrumento econômico ele tem que fazer alguma diferença para a pessoa se alertar, então isso, nesse andamento, nesse processo que é demorado, nós estamos vendo aqui, nós temos, salvo engano, um, dois, três, quatro, cinco, seis, seis comitês de bacia ou cinco, na verdade... Cinco ou seis comitês de bacia que exercem a cobrança e agora se adaptaram a essa atualização de preços que está acontecendo. Então é um registro que eu gostaria de fazer que estamos caminhando, fora, claro, os estados que já hoje já fazem a cobrança dos

comitês deles, que já são diversos. Bom, o próximo item da pauta é a resolução que delega a competência à associação multisetorial de usuários de recursos hídricos de bacia hidrográfica, a ABHA, gestão de águas, para desempenhar as funções de agência de águas do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba. Então, eu convido a presidente da câmara técnica institucional legal, a Doutora Adriana Lustosa para falar como foi o procedimento na câmara técnica.

A SR^a. ADRIANA LUSTOSA (SRHQ/MMA) – Bom dia. Adriana Lustosa, representante do Ministério do Meio Ambiente, atualmente, presidente da CTIL. Falando sobre os procedimentos em relação a essa proposta de resolução, o Ministério do Meio Ambiente, na qualidade de presidência do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, recebeu a Deliberação 96 do Comitê de Bacia Hidrográfica do Paranaíba, essa deliberação indicava a aprovação da... Tratava da aprovação da indicação da associação multisetorial de usuários de recursos hídricos de bacias hidrográficas, ABHA, gestão de águas, para desempenhar funções de agência de águas do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba. Ao receber essa proposta de deliberação, a secretaria executiva do conselho encaminhou ofício à agência nacional de águas, solicitando uma manifestação técnica a respeito da viabilidade desse pleito, da manutenção da ABHA como agência delegatária do Comitê de Bacia Hidrográfica do Paranaíba para até orientar, subsidiar a decisão da CTIL. E aí recebemos a nota técnica da Agência Nacional de Águas, que manifestou-se até relatando a preocupação em relação a sustentabilidade da agência, não é? A falta de sustentabilidade financeira da agência, mas ao mesmo tempo, comprometendo-se a aportar recursos para a agência até o final de 2019 para auxiliar no funcionamento da agência até o final de 2019 e também na renovação do contrato de gestão em colocar alguns requisitos, alguns critérios para a melhoria do funcionamento da agência. E lembrou também que essa agência tem a sua vigência até 31 de dezembro, o funcionamento, o contrato vigora até 31 de dezembro, então a decisão sobre a sua continuidade para ser tempestiva tem que ser ainda nesse ano. E aí passou pela CTIL com a aprovação da maioria dos seus membros e com o voto contrário do Ministério do Planejamento. E aí depois tivemos também a sinalização de uma proposta de nova... De um acréscimo na proposta de redação da resolução, que aí eu coloco aqui para o representante do Ministério do Planejamento propor.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Bom, depois eu passo para o pessoal querer acrescentar ou não, não é? Eu pergunto se o representante da Bacia do Paranaíba está aqui presente, se quer falar alguma coisa? Não? Eu registro que nós convidamos todos os comitês aqui que estão discutindo para vir aqui na reunião. Então, enfim, agora eu coloco em discussão, então, convido o Sr. Fabiano.

O SR. FABIANO CHAVES DA SILVA (Ministério do Planejamento) – Bom dia a todos. Fabiano Charles, conselheiro titular do Ministério do Planejamento. A Adriana até que me antecedeu, até comentou, a gente, a princípio, entende a necessidade da revisão da ampliação da delegação da competência do seu prazo para a associação multisetorial. Como bem está descrito na nota técnica que acompanha o

processo, o comitê de bacia vive em uma situação de insegurança financeira para a sua permanência. A Agência Nacional informa que ela se compromete a prever recursos até um determinado período para a manutenção dos trabalhos. Mas, até considerando todo o esforço que a gente está fazendo aqui, inclusive, o que os outros comitês estão atendendo na melhoria deste instrumento da cobrança, nós consideramos a necessidade de realizarmos uma emenda na resolução que faz a delegação do prazo a associação multisetorial, fazendo a seguinte emenda, que eu acho que já está à vista de todos os senhores, que coloca como se fosse uma condicionante, que até 10 de março de 2020 estabelecemos um prazo. O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba deverá apresentar proposta de revisão dos mecanismos e valores da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e sua área de atuação ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Ou seja, o nosso intuito de colocar essa emenda é prever em um determinado prazo que o comitê, considerando a delegação que nós estamos dando à agência, vai apresentar uma proposta de mecanismos de valores e de cobrança para que dê a devida sustentabilidade ao funcionamento do comitê e da agência. Eu acho que o conselheiro, eu acho que ele até nos antecedeu, falou da necessidade desse movimento que todos os comitês têm que fazer para dar efetividade ao instrumento da cobrança. Durante um certo tempo a gente sabe que esse prazo que está sendo dado, ele está sendo novamente dado, a gente já teve um certo tempo que agência já foi delegada, mas nós acreditamos... É importante que darmos essa sinalização para que o Comitê do Rio Paranaíba apresente a sua proposta de seus mecanismos e de valores de cobrança para dar sustentabilidade a um instrumento na bacia e garantir o funcionamento, inclusive, da agência. A gente sabe que pela... Que foi informado, no esforço que a Agência Nacional de Águas está fazendo em prever recursos até 2019, em trabalhar no contrato de gestão para que esses dispositivos, a cobrança seja finalmente estabelecida, mas eu acho que é importante a sinalização que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos tem que dar para o comitê para finalmente a efetividade do instrumento. E aí eu coloco à disposição dos senhores para a avaliação da nossa proposta de emenda.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Obrigado. Comentário? Humberto.

O SR. HUMBERTO CARDOSO GONÇALVES (ANA) – Humberto Gonçalves, conselheiro suplente da ANA. Eu vou convidar aqui o Marco Antônio, que é o nosso especialista em recursos hídricos e que participa da coordenação de cobrança lá da Agência Nacional de Águas e ele vem acompanhando na CTCOB, é o nosso representante na CTCOB e acompanha especificamente esse processo.

O SR. MARCO ANTÔNIO AMORIM (ANA) – Obrigado, Humberto. Marco Antônio, Agência Nacional de Águas. É só lembrar aos senhores que o plenário do CNRH em 2016 aprovou a cobrança pelos recursos hídricos da Bacia do Rio Paranaíba, assim como fez a delegação, prorrogou a delegação à época das atividades da ABHA até dezembro de 2018. Então, a delegação da ABHA se encerra dia 31 de dezembro de 2018. Mas quando o Conselho aprovou a cobrança naquela bacia, a nota técnica da ANA que se subsidiou os conselheiros afirmava textualmente que

não haveria viabilidade financeira para a delegação da ABHA. Mas o Conselho foi sensível às argumentações do comitê e eu lembro que uma delas era que a cobrança sendo iniciada em rios de domínio da União poderia também alavancar a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio goiano, o que não aconteceu desde então, não aconteceu e não se vê nenhum movimento nesse sentido. Ou seja, um eventual recurso adicional, que a ABHA teria em função da cobrança pelo uso de recursos hídricos com domínio goiano não ocorreu. Em 2016, a previsão de arrecadação da cobrança na Bacia do Rio Paranaíba também informada à nota técnica da ANA era de apenas sete milhões de reais, 7,5% de sete milhões de reais não dá viabilidade para a gente dar a delegatária. No quinto ano a previsão era de doze milhões de reais, ou seja, a cobrança começou em 2017, se tem mais perspectiva, então, 2017, 2018, 2019, 2021, em 2021 de ter doze milhões de arrecadação pelo uso de recursos hídricos de domínio da União da Bacia do Rio Paranaíba, o que também não será suficiente para sustentar a entidade delegatária. E atento a isso, o Conselho demandou ao Comitê da Bacia do Rio Paranaíba, ainda em 2016, quando aprovou a resolução, que em três anos após a implementação da cobrança efetiva na bacia, que o comitê trouxesse a esse plenário uma proposta de revisão dos preços para dar sustentabilidade à bacia. Então, a cobrança foi efetivamente iniciada na bacia em março de 2017, então o comitê já tem esse compromisso de em março de 2020 apresentar a este Conselho uma nova proposição de preços a serem praticados na bacia. Então, essa proposta que o Ministério do Planejamento apresenta que consultou a ANA, se a ANA era favorável, a ANA concordou, porque, mais uma vez, reforça aquele entendimento que o próprio Conselho teve em 2016, quando aprovou a cobrança na bacia, que aquela cobrança precisa ser revista, porque se não o parágrafo único ali vai ter que ser utilizado, que é a questão da revogação da delegação a ABHA por insustentabilidade financeira. Obrigado.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Algum outro comentário? Então, eu vou colocar em votação da seguinte forma, primeiro aprovar a resolução, o mérito da resolução, está? Se aprovado, aí a gente discute a inclusão da emenda, a emenda aditiva, está? Então, dessa forma. Então, em votação. Quem aprova o mérito da resolução, o texto da resolução como um todo, por favor, se manifeste, erga o... Ok? Quem recusa, quem não aprova? Nenhum voto contrário. Abstenção? Duas abstenções. Então, agora, em votação a inclusão da proposta feita pelo Ministério do Planejamento e pela ANA, do artigo 2º e do parágrafo único desse artigo, que o segundo, nessa resolução. Quem é favorável à inclusão, por favor, erga o cartão? Quem é desfavorável, erga? Nenhum voto desfavorável. Quem é abstenção? Uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete, é isso? Sete abstenções, então, está aprovado a resolução com a inclusão dessa sugestão feita pelo Ministério do Planejamento e pela ANA. A próxima resolução, eu vou consultar os senhores e senhoras o seguinte, a próxima resolução diz respeito à constituição da comissão de ética do Conselho, ela é composta por quatro representantes, um de cada segmento, Governo Federal, conselhos estaduais, usuários e sociedade civil. Nós fizemos uma solicitação à secretaria executiva para que os interessados em participar da comissão de ética, por esse período, por esse mandato, se manifestassem, nós tivemos manifestação duas para a sociedade civil, uma para os conselhos estaduais e não tivemos manifestação do Governo Federal e nem dos usuários. Então, como são meio-dia e cinco, eu sugiro a gente interromper para o

1599 almoço, voltamos que horas, uma e meia, duas horas, por aí? E aí dá tempo para
1600 que a gente faça essa negociação e já apareça para discutir a resolução já com as
1601 propostas. Se houver mais de um interessado, como é o caso da sociedade civil
1602 para a vaga, aí nós vamos ter que decidir aqui quem vai ser o representante, está?
1603 Fala, Aparecida, por favor.

1604

1605

1606 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!)*.

1607

1608

1609 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA)** – É porque tem que
1610 negociar, não é?

1611

1612

1613 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!)*.

1614

1615

1616 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA)** – Aparecida, fala logo,
1617 porque a turma está levantando aí.

1618

1619

1620 **A SR^a. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL)** – Pois é.
1621 Esse que é o problema, a minha proposta é que é outra.

1622

1623

1624 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA)** – Fala.

1625

1626

1627 **A SR^a. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL)** –
1628 Aparecida Vargas, ABRAGEL. Eu ia sugerir que a gente tentasse levar a pauta até o
1629 final. Tem gente com dificuldade de conseguir hotel hoje aqui, está? E a pauta está
1630 tão mais tranquila, acho que tudo que a gente tinha que discutir de deliberação
1631 mesmo, a gente já aprovou. Eu acho que com mais uma hora, no máximo, de
1632 reunião, a gente fecha. Gente, por favor, vocês estão ouvindo o que eu estou
1633 sugerindo. Eu estou sugerindo que eu acho que com mais uma hora de reunião a
1634 gente fecha, tem gente que está com dificuldade até de arrumar hotel hoje para se
1635 hospedar aqui. Então, eu estava sugerindo que a gente desse a sequência de mais
1636 uma hora e encerrasse essa reunião.

1637

1638

1639 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA)** – Olha, Aparecida, a
1640 minha experiência, a nossa experiência, que quando a gente fala que a coisa é fácil
1641 a coisa complica que não tem jeito, não é? Vamos almoçar e voltamos logo, que é...
1642 Uma e meia a gente volta, está todo mundo com fome. Uma e meia, está? Olha,
1643 uma e meia nós retomamos os trabalhos.

1644

1645

1646 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!)*.

1647

1648

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Estou calmo.

(Intervalo para almoço).

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Bom, pessoal. Vamos dar início, então, a nossa sessão. Voltando aqui, então, o item 4.5 da pauta que estabelece a composição da comissão permanente de ética do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para o mandato em curso do colegiado, está? Como eu expliquei, a cada mandato tem que se escolher a formação de um conselho de ética, esse conselho ele é formado por um representante de cada segmento, esse representante do segmento ele precisa ser conselheiro, pode ser titular ou suplente, mas tem que ter tido pelo menos um mandato anterior, não é? Essa é a condição básica, porque, enfim, é para as pessoas que já conhecem o Conselho e já conhecem as pessoas, então, tudo isso. Ele é formado, então, por quatro, três deles três dos quatro, são escolhidos para compor o Conselho, que o Conselho é composto por três e um suplente, quer dizer, um dos segmentos fica suplente, não é a pessoa, ou melhor, é a pessoa do segmento fica suplente, está? Caso haja no futuro alguma mudança, a pessoa deixa, enfim, de participar, então, isso vai ter que ser feito outro processo de escolha para a substituição, está? Esse dos quatro segmentos, os três que compõem o conselho, um dos três fica eleito o presidente, é eleito o presidente, aí vocês vão ter que decidir aqui também e o outro fica como suplente, na medida que aconteça alguma coisa entre os três, o suplente assume, está? Aí o suplente assume. Então é isso. Então, nas conversas que tiveram aqui na hora do almoço, nós conseguimos aqui preencher as duas vagas que estavam faltando. Eu vou citar aqui os interessados, inclusive, os de hoje para cada uma dos segmentos, se houver ainda alguém interessado, por favor, se manifeste e como eu mencionei aquele que tiver mais de um interessado, nós vamos ter que decidir aqui por voto quem é que seria a pessoa daquele segmento, está? Então, os conselhos estaduais, quem manifestou interesse? Foi o Conselho Estadual do Rio Grande do Norte, representado pelo Conselheiro José Mairton Figueiredo de França, está? Da sociedade civil se apresentaram dois participantes do segmento sociedade civil, uma foi a Conselheira Thereza Christina da Silva Pereira de Castro, e o outro das ONGs, e outro da Organização de Ensino e Pesquisa, o Conselheiro Jeferson Nascimento de Oliveira. Para o setor Governo Federal, o nosso colega Gustavo Sartori do Ministério Ciência, Tecnologia e Inovação. Eu coloquei investigação na cabeça e daí travou que não tem jeito. Inovação. E dos usuários, o nosso colega da AESBE, Ubiratan Pereira da Silva, está? Está ali ao fundo. Bom, então, antes de a gente ir para os procedimentos aí de organização, tem mais alguém que queira, enfim, participar, alguma coisa assim? Não? Então, nós vamos ter que decidir em primeiro, desses dois segmentos da sociedade civil, eu não sei se vocês querem conversar entre os dois e aí vir com uma coisa de consenso? Ou que a gente, o que... Como é que é?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Por favor, Thereza, eu não estou escutando.

1699
1700
1701
1702
1703
1704
1705
1706
1707
1708
1709
1710
1711
1712
1713
1714
1715
1716
1717
1718
1719
1720
1721
1722
1723
1724
1725
1726
1727
1728
1729
1730
1731
1732
1733
1734
1735
1736
1737
1738
1739
1740
1741
1742
1743
1744
1745
1746
1747
1748

A SR^a. THEREZA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO (ONGs) – Boa tarde a todos. Não, Conselheiro Júlio, o que eu me manifestei foi que conversar é sempre salutar, não é? Como o nosso segmento manifestou interesse na minha pessoa, eu entendo que nós, os que são representantes da sociedade civil podem e devem conversar, foi isso que eu manifestei.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Ah está ok. Você quer falar Jeferson?

O SR. JEFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (OTEP) – Boa tarde, senhoras e senhores. Jeferson Nascimento de Oliveira, representando a OTEP. Eu acho que conversar é realmente salutar, a democracia é uma coisa muito importante nesse país e vai ser sempre importante, isso é uma coisa que a gente gostaria de ressaltar. E o meu nome está aqui, porque da outra vez eu fui candidato e, infelizmente, por uma questão de a gente não ter o conhecimento real do procedimento jurídico, a nossa candidatura, embora, tenha sido vencedora, não foi homologada. Então, é só isso que eu gostaria de colocar aqui para os senhores. E conversar com a Thereza é sempre um prazer é uma pessoa de um bom trato e a gente vai conversar sim a respeito de tudo e espero que todo mundo participe realmente e efetivamente dessa comissão, porque é muito importante e muito faltoso, vamos dizer assim, esse termo no nosso meio. Muito obrigado, às vezes.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Então, eu vou fazer o seguinte, se todo mundo concordar a gente suspende o andamento aqui dessa e vocês dois conversam e eu passo para o próximo item da pauta e aí se tiver já um consenso, depois nós voltamos, se não a gente daí passa para a votação direta aqui no plenário. Está ok? Está bom assim? Ok. Então, o próximo item da pauta é uma moção ao Congresso que recomenda a não aprovação do substitutivo ao projeto de Lei número 86215, do PLS2988, de 2015, que altera a Lei 9433, para incluir revitalização de bacias hidrográficas entre os instrumentos, entre os seus instrumentos, entre os instrumentos, instrumento de gestão, está? Então, eu vou convidar a Doutora Adriana Lustosa, Presidente da CTIL, essa matéria foi discutida lá na CTIL para apresentar esse encaminhamento. Aqui só... É sempre naquilo, nós fomos instados a se pronunciar como Conselho para esse projeto, sempre lembrando daquelas atribuições dos conselhos que eu coloquei aqui, que o Conselho, que cabe ao Conselho se manifestar sobre o assunto de (...) de recursos hídricos, no caso aqui é através de moção. Adriana, por favor.

A SR^a. ADRIANA LUSTOSA (MMA) – Boa tarde. Adriana Lustosa, representante do Ministério do Meio Ambiente no Conselho, atualmente presidente da CTIL. Nós recebemos esse projeto de lei via departamento de revitalização de bacias da Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental, ele foi instado a se pronunciar tecnicamente a respeito dessa proposta no projeto de lei que indica a alteração da Lei 9433, propondo a inclusão da revitalização de bacias como um

instrumento da lei e aí esse departamento que trata do tema aqui na secretaria fez um arrazoado técnico e sugeriu que o PL fosse encaminhado também para a análise do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, porque trata-se de uma alteração na lei e cabe também ao Conselho se pronunciar a respeito. E aí chegou para a CTIL, para análise, e a CTIL, além de rejeitar essa proposta de alteração na lei, por uma série de questões, uma delas é considerando que a revitalização de bacias não é propriamente um instrumento de gestão de recursos hídricos, mas sim trata-se de uma ação que faz parte do plano de recursos hídricos, por exemplo, faz parte de um conteúdo mínimo de planejamento de recursos hídricos e não caberia a alteração da lei nesse sentido. E aí recomendou, inclusive, uma moção ao Congresso Nacional para que não se propusesse a alteração da lei nessa linha de propor o instrumento revitalização de bacias e que qualquer modificação na lei refletisse não a alteração dos seus instrumentos de gestão. Então foi essa o sentido da moção e eu coloco aqui para a deliberação do plenário do Conselho.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Algum comentário?

A SR^a. ADRIANA LUSTOSA (MMA) – Você quer complementar, Julio? Você participou dessa discussão, não sei se você quer complementar.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Posso. O que nós discutimos aqui na Secretaria é que a revitalização realmente é um assunto importante, mas ele não é um instrumento de gestão, se fosse instrumento de gestão você poderia achar que fazer aqueduto seria um instrumento de gestão, fazer... Como é que é? Enfim, barragens e outras atividades, isso aí são ações que facilitam e que... Mas não é instrumento de gestão, instrumento de gestão é aqueles que nós conhecemos, não é? Que foram estabelecidos pela lei. E aí causaria uma distorção, quer dizer, a ideia de ter a revitalização e reforçar o processo de revitalização é super importante, ninguém questiona isso, mas não é dessa forma. Então, a gente para evitar, inclusive, depois distorções futuras que possa vir considerando isso um instrumento, também como um instrumento. Então, essa foi a posição do Ministério com relação a isso, nós fizemos isso por escrito no nosso processo. Então é essa a posição que nós temos. Então, a nossa posição é que mande essa moção ao Congresso solicitando que não seja aprovado esse projeto, não vá para frente. Algum outro comentário? Sim, João Fernandes.

O SR. JOÃO FERNANDES DA SILVA (AES- CERH/PB) – João Fernandes da Paraíba. Olha, eu tive a oportunidade de quando essa matéria passou por aqui de emitir alguma opinião, eu tinha lido naquele momento e como disse a Doutora Adriana, o ministério fez ou uma nota técnica, ou um estudo consistente, mostrando a inviabilidade dessa modificação da inclusão no meio dos instrumentos de gestão dessa disposição que está aí. Eu dizia que era muito mais importante a gente pegar uma fundamentação muito mais segura, porque mandar, enviar ao Congresso Nacional, aos parlamentares, que na maioria das vezes não gosta de ouvir opinião dos técnicos, nem mesmo da própria sociedade, só uma recomendação de que não faça aquilo, a gente tem que colocar uma argumentação extremamente consistente para abalar as estruturas de quem quer dizer não a nós, de quem quer fazer o

contrário do que nós queremos. Por isso que eu acharia muito mais importante que a gente aprovasse, aprovássemos aqui o envio... O Conselho aprovasse o envio do documento elaborado pela secretaria, que eu parto do princípio que seja uma peça, uma obra consistente, uma nota técnica muito bem fundamentada para como quem diz, você não vai aprovar porque não quer, mas você está vendo aqui uma argumentação técnico científico mostrando que isso é inviável, porque o simples fato de a gente aprovar não deixa de ser uma posição do Conselho, mas uma posição do Conselho que não carrega em si, não tem uma grande justificativa, que é só elencar considerando A, considerando B, considerando C, às vezes, dá para a gente concluir a solicitação, mas não dá para a gente sair convencido de que fizemos uma boa recomendação, uma boa proposta de trabalho. Eu levantei isso em uma discussão aqui agora e torno a levantar, porque eu não quero ser contrário à proposta, eu quero ser favorável à proposta, mas acho que o Ministério do Meio Ambiente, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos quando ele se pronuncia, ele deve pronunciar-se com muita consistência para que o cabra lá trema nas bases e ceda à vontade deste, que nós reconhecemos o Conselho como o órgão mais importante de recursos hídricos do Brasil, embora os outros lá fora não estejam reconhecendo, mas nós queremos que seja reconhecido. Por isso que eu diria a gente precisava fundamentar mais essa proposta ou, então, conforme documento tal, e tal, e tal, se e somente se, essa proposta que foi essa nota técnica, for efetivamente uma peça consistente.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Ok. A gente pode fazer isso, João Fernandes, com os pareceres que nós temos e ao encaminhar ao Congresso, a gente encaminhe fundamentado, isso aí eu acho que não há problema nenhum, nós podemos fazer. E ouvindo a tua larga experiência, para quem não sabe o João Fernandes foi deputado federal por três ou quatro anos?

O SR. JOÃO FERNANDES DA SILVA (AESA) – Estadual.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Estadual? Então, ele sabe das suscetibilidades que tem lá dentro. Então, eu acho que é uma boa sugestão.

A SR^a. ADRIANA LUSTOSA (SRHQ/MMA) – De qualquer forma, o parecer do ministério já foi, o pronunciamento do ministério já existe, esse é o pronunciamento do Conselho e vai anexo do ministério novamente, eu concordo sim que tem que ir bem fundamentado mesmo. E lembrando que a moção é de rejeição à modificação na lei, mas, ao mesmo tempo, exaltando o mérito de você tratar da questão da revitalização de bacias e da importância desta ação. Então tem a importância do mérito dessa questão.

O SR. ALBERTO FLÁVIO PÊGO (AGERH) – Alberto Pêgo, Diretor Presidente da AGERH, Espírito Santo. A sua última fala para mim, eu acho que já resumiu, de certo modo, o que eu queria falar, porque nós não estamos no momento, embora,

nós estamos no Conselho que tem uma característica eminentemente técnica, embora muita gente aqui tenha também uma passagem pelo mundo político. Mas nós não estamos no momento de recusar um apoio como esse, porque pelo que eu estou vendo lá é um projeto de lei do Senado. PLS, ali? Tem algum senador lá que deu na ideia, maravilhosa ideia de falar, poxa eu quero ajudar a revitalização de bacia e nós não podemos recusar esse tipo de apoio. É claro que o apoio que ele forneceu, tecnicamente, está incorreto, mas o espírito é muito positivo de querer se irmanar conosco e puxar essa ideia. Então, eu acho que a sua última fala, de certo modo, já contemplou a minha preocupação que é de que em algum momento desse documento existe uma exaltação à iniciativa de querer fazer bem ao sistema, mas de fazer isso pelo caminho incorreto, tecnicamente. Então, eu não sei se está na ossada do Conselho convidar esse senador para alguma instância do Conselho, ou do plenário, ou da câmara técnica, tal, visitar esse parlamentar e sugerir que ele faça parte de uma frente parlamentar a favor dos rios e tal, uma coisa desse tipo, não é? Ou seja, nós temos que incrementar o número de pessoas, políticos que são favoráveis a nossa causa e esse daí, claramente é um que não está querendo extinguir ministério, não está querendo, não é? Ele está dentro do nosso campo. Então tem que ser trazido, como fazer é que é a questão. Obrigado.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Está bem. É uma sugestão, uma sugestão de uma ação política que eu acho que é bem-vinda também, a gente poderia fazer na medida aí do possível, não é? Eu acho que... Alguma outra participação? Não? Então, eu vou colocar em votação, está? Quem aprova a resolução, por favor, erga o cartão? A moção... Desculpa, a moção, é que eu estava ainda com resolução na cabeça, moção. Quem desaprova, quem não concorda? Zero voto contra. Abstenção? Uma abstenção. Ok. Então está aprovada a moção. Agora, eu vou voltar aqui à questão, agora sim a resolução que eu estou na cabeça, a resolução da constituição aí do conselho de ética, da comissão de ética. Chegaram a algum acordo? Não? Bom, então, então... Não... Você quer falar? Jeferson.

O SR. JEFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (OTEP) – Boa tarde, senhoras e senhores. Jeferson Nascimento de Oliveira, OTEP. Bem, nós conversamos bastante, eu e a Thereza, mas infelizmente nós não chegamos a um acordo, porque são dois segmentos da sociedade civil que querem realmente contribuir efetivamente com essa comissão de ética, não é? E tem os pleitos dos seus respectivos representantes que nós o somos. E vocês, nosso douto colegiado, é que vai decidir, eu acredito, quem é que deverá participar dessa comissão de ética. Está ok? Nesse segmento, já que os outros já estão pré-definidos. E depois vai ter uma representação para ver quem fica de suplente, quem é que não fica, é isso, não é? Está ok.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Isso. Depois nós vamos decidir isso.

1898 **O SR. JEFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (OTEP)** – Então, está bom. Então
1899 é isso. Eu não sei se a Thereza quer colocar alguma coisa. Thereza? Acho que ela
1900 vai querer falar alguma coisa.

1901

1902

1903 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA)** – Está bom.

1904

1905

1906 **O SR. JEFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (OTEP)** – Então é isso e já faço
1907 aqui a minha campanha. Votem em mim, por favor. Muito obrigado.

1908

1909

1910 **A SR^a. THEREZA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO (ONGs)** – Posso?
1911 Bom, mais uma vez, boa tarde. Thereza Christina, representante do segmento das
1912 ONGs, representando o FONASC. Bom, na verdade, é um pleito que nós estamos
1913 fazendo o nosso segmento de participar da comissão de ética. Nós estamos
1914 iniciando um novo mandato sobre novos paradigmas, hoje, inclusive, estou
1915 acompanhada da nova conselheira da representação da sociedade civil, Conselheira
1916 Ana Cleide que representa o Instituto Educando. Então, nós estamos trazendo
1917 ditames dos nossos pares dos nossos eleitores, que a gente consiga ter uma gestão
1918 na base do diálogo, da compreensão, inclusive, os senhores devem ter recebido um
1919 comunicado ontem nosso, eu passei um e-mail para vocês, nós passamos no intuito
1920 de realmente poder mostrar um pouco de nós para todos e usar a comunicação
1921 como uma ferramenta para dirimir dúvidas, esclarecer posicionamentos e até evitar
1922 conflitos, não é? Bom, então, nós temos, essa é a nossa intenção de estarmos
1923 presentes, acho que temos todas as condições de participar e gostaríamos de pedir
1924 o apoio dos senhores nesse novo momento de gestão de um novo mandato para a
1925 representação da sociedade civil nesse próximo triênio, acreditando que, com
1926 certeza, nós temos muito a contribuir. Muito obrigada.

1927

1928

1929 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA)** – Então, nós vamos ter
1930 que decidir aqui a representação da sociedade civil. Então é claro que eu vou
1931 colocar em votação, eu vou colocar um nome, esse nome, se aprovado, fica ele e se
1932 não for aprovado fica, claro, o segundo nome. Aí começa... Eu vou colocar o nome
1933 da Thereza como interessada e se aprovar a Thereza fica a Thereza, se na
1934 contagem de votos não for diferente fica... Aí eu vou, desculpa... Eu vou votar na
1935 Thereza e vou pedir voto no Jeferson é mais simples explicando isso. É coisa de
1936 engenheiro que fica... É coisa de engenheiro que fica... Desculpa. Eu tinha um
1937 professor que falava para mim, assim, o cara era indiano, até nós conversamos, ele
1938 falava assim, eu não coço o nariz assim, você coça o nariz desse jeito. Então, deve
1939 ser isso. Então, está. Então, quem vota para ocupar a vaga a Thereza, por favor,
1940 erga o cartão? Temos três votos. Quem vota no Jeferson, erga o cartão? Maioria,
1941 está? Então, o Jeferson ganhou essa escolha. Eu quero, Thereza, quero agradecer
1942 a você e o Jeferson também o interesse de participar do Conselho, isso é muito bom
1943 e eu acho que tem que continuar. Não, agora tem. Não, não, deles não, se um sair
1944 vai ter que escolher de novo. Para o segmento não. Não, não, se tivesse sim, mas
1945 não tem, para o segmento não. Se o Jeferson, por algum motivo, deixar, aí a gente
1946 tem que fazer outra chamada de interessados, está? Agora nós vamos ter que
1947 escolher os três componentes do Conselho de Ética e também o presidente, está? O

1948 presidente. E fica um suplente para explicar ao João Fernandes, o suplente é uns
1949 dos... São quatro segmentos, fica três segmentos constitui e um segmento a
1950 suplente, aí sim substitui o de cima, está? Bom, então, como seria feita essa
1951 composição aí dos três, tem alguém que queira ficar como suplente? Vamos
1952 perguntando para ficar mais tranquilo assim. Ok. Então, o Ubiratã fica como suplente
1953 e dos três, nós temos que escolher o presidente da comissão, alguém dos três... É o
1954 Jeferson, o José Mairton e o Gustavo. Fala no microfone, por favor, João, senão não
1955 tem ordem no negócio.

1956

1957

1958 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!)*.

1959

1960

1961 **O SR. JOÃO FERNANDES DA SILVA (AESA)** – Doutor Júlio, por que é que os três
1962 não se reúnem e eles escolhem o presidente? Porque toda a comissão, todo o
1963 colegiado em regra é o próprio colegiado quem escolhe, não é?

1964

1965

1966 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA)** – Mas tem que sair
1967 daqui.

1968

1969

1970 **O SR. JOÃO FERNANDES DA SILVA (AESA)** – Sim, não teria problema os três, é
1971 isso. No cantinho ali da parede dizia, olha eu quero ser presidente e o outro dizia eu
1972 não quero, o outro diz... Porque, veja só...

1973

1974

1975 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA)** – Então, está bom. Está
1976 bom, está bom.

1977

1978

1979 **O SR. JOÃO FERNANDES DA SILVA (AESA)** – Nós elegemos um colegiado,
1980 escolhemos três pessoas, que eles decidam quem deve ser o presidente deles.

1981

1982

1983 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA)** – Está certo.

1984

1985

1986 **O SR. JOÃO FERNANDES DA SILVA (AESA)** – E sendo três é bom, porque nunca
1987 vai dar empate, só se for cada um querendo ser candidato. Era só, presidente.

1988

1989

1990 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA)** – É exatamente por
1991 causa disso.

1992

1993

1994 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!)*.

1995

1996

1997 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA)** – Então, não... Mas eu
1998 vou fazer o seguinte, eu vou seguir a sugestão do João Fernandes e vocês três se
1999 reúnem e conversam e daí a gente passa para o próximo item e aí volta à novela
2000 outra vez aqui para saber qual que foi. Se não houver consenso entre os três, a
2001 gente põe em votação, está? Está bem? Então, está. Então, o próximo item da pauta
2002 é a moção... Oi?
2003
2004
2005 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!)*.
2006
2007
2008 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA)** – Oi?
2009
2010
2011 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!)*.
2012
2013
2014 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA)** – Então, se não está
2015 aqui os dois decidem.
2016
2017
2018 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!)*.
2019
2020
2021 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA)** – Não, o suplente já está
2022 escolhido aqui.
2023
2024
2025 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!)*.
2026
2027
2028 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA)** – Está certo. Vamos
2029 fazer assim, vocês conversam e depois...
2030
2031
2032 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!)*.
2033
2034
2035 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA)** – Mas, gente, vamos...
2036 Não, não, vamos organizar, porque se todo mundo levanta e dá ordens aqui, a gente
2037 não vai para frente, não é? Não tem.
2038
2039
2040 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!)*.
2041
2042
2043 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA)** – Ah já está tomado?
2044 Então, está bom. Então, por favor.
2045
2046

O SR. GUSTAVO SARTORI POTTKE (MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA) – Olá, boa tarde. Eu só queria me apresentar eu sou do Ministério da Ciência e Tecnologia, sou o Gustavo Sartori Pottke. Eu já participo aqui no Conselho já há alguns anos e estou à disposição aqui no Conselho.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Eu estou esperando a decisão Jeferson.

O SR. JEFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA (OTEP) – Muito bem. Jeferson Nascimento de Oliveira, OTEP. A decisão está tomada, nós conversamos, eu posso ser o presidente dessa nova gestão aí. Muito obrigado a todos.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Ok. Então, está bom. Parabéns. Então, está decidido o comitê. Composição, presidência da Comissão de Ética, está? Então, o próximo item da pauta é moção que recomenda a não aprovação da medida provisória número 844, de 06 de julho de 2018. Isso foi encaminhado pela CTIL e eu convido a Doutora Adriana para fazer a exposição do que se trata.

A SR^a. ADRIANA LUSTOSA (MMA) – Boa tarde. Adriana Lustosa, Ministério do Meio Ambiente, atual Presidente da CTIL. Nós recebemos essa proposta de moção via representação da sociedade civil no Conselho, representação das ONGs no Conselho Nacional de Recursos Hídricos é uma moção recomendando a não aprovação da MP 844, que na visão dessa proposta de moção desestrutura a política de saneamento no Brasil. E aí na discussão, na CTIL, houve alguns ajustes no texto proposto pela representação das ONGs, mas houve decisão pela aprovação dessa proposta de moção, dividida a decisão, houve cinco votos favoráveis, quatro abstenções e, se eu não me engano, um voto contra e chegou até aqui essa proposta de moção contra, então, pedindo a não aprovação da MP 844. Algumas das razões é que na forma como está a MP desestrutura a política nacional de saneamento, que realmente a política necessita de uma discussão, mas que merece uma discussão mais... Que merece mais tempo, não é necessário uma MP tão, assim, tão imediata, não é? Merece ampliar o debate em torno do tema. E também eu queria registrar que a secretaria executiva, de dois meses para cá, a Secretaria Executiva do Conselho, recebeu outras cinco moções de instituições, câmaras legislativas, municipais, associações, moções ou outros comunicados também se manifestando contra essa MP. Então é essa proposta de moção que eu coloco aqui para apreciação desse Plenário. Eu não sei se a representante das ONGs gostaria também de comentar que foi quem... Está bom.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – A Doutora Adriana expôs o que aconteceu na CTIL. Está em discussão que aí fica em aberto quem queira falar a favor contra... Lídia.

A SRª. LÍVIA SOALHEIRO E ROMANO (CTCOB) – Na verdade... Boa tarde. Lívia Soalheiro, representante do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro na CTIL do Conselho Nacional. Na verdade, o que eu queria lembrar é que na câmara técnica essa matéria ela foi aprovada com cinco votos favoráveis, seis abstenções e três votos contrários na CTIL. É o que consta no parecer da CTIL.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Ok. Mais algum comentário? Quem propôs? A Thereza, por favor.

A SRª. THEREZA CHRISTINA DA SILVA PEREIRA CASTRO (ONGs) – Thereza Christina, segmento das ONGs. Bom, na verdade, essa proposta foi... Não é uma proposta do FONASC e não é uma proposta do Instituto Educando, essa proposta chega a nossas mãos como representação nacional da sociedade civil para pautarmos o Conselho Nacional uma demanda que veio do povo e da sociedade, entendendo que o Conselho Nacional precisava e precisa se posicionar com relação ao assunto deveras importante. Então, esse foi muito debatido, eu estava na reunião da CTIL foi muito debatido, a proposta sofreu alterações no seu teor foi discutida, os senhores devem estar acompanhando na tela de projeção e sofreu bastante alterações, troca do teor mesmo do texto, do que teria sido apresentado e nós encaminhamos para a secretaria executiva e ela pautou dentro da CTIL. E nós entendemos que realmente a importância, entendemos também esse assunto foi discutido, só ser uma MP já é um instrumento jurídico que temos que ter uma certa preocupação em termos de fazer uma medida provisória. Enfim, esse é o posicionamento da representação da sociedade civil, entendendo a importância desse Conselho se manifestar, inclusive, esse foi um ponto discutido na CTIL também, não é? Por exemplo, a representante da ANA até disse que o ministro não ia assinar, o que me causa espanto, à medida que é um tema de total relevância. Então, porque o Ministro não iria assinar? Bom, mas nós conseguimos avançar dentro do âmbito da câmara técnica e essas eram as nossas considerações. Obrigada.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Ok. Mais alguém que queira fazer alguma consideração? Vocês? Está bom.

SR. SÉRGIO BRASIL ABREU (MINISTÉRIO DAS CIDADES) – Boa tarde. Meu nome é Sérgio Brasil, sou o representante suplente do Ministério das Cidades na Câmara Técnica e eu vou passar a palavra para o Marcelo que é o nosso diretor de planejamento e regulação para ele fazer a fala.

O SR. MARCELO LENIS (MINISTÉRIO DAS CIDADES) – Muito boa tarde, senhores conselheiros, senhoras conselheiras. Esse assunto da MP ele tem sido bastante discutido, nós temos um posicionamento, no Ministério das Cidades, favorável ao que está sendo proposto, tendo em vista a carência que a gente tem no setor. A julgar pelo nível de investimento que vem sendo feito nos últimos anos e o elevado déficit que a gente tem no setor, lembrando que o saneamento básico

engloba o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais urbanas, esse elevado déficit ele permanecerá caso o nível de investimentos sejam o mesmo que nós temos atualmente. Então, ela vem com o propósito de criar um ambiente favorável a essa ampliação dos investimentos, criar um ambiente favorável à ampliação da cobertura dos serviços de saneamento básico. Hoje a gente tem o plano nacional para 20 anos, que vai até 2033 e no próprio plano as metas apontam em sua maioria para a não universalização, são poucos os serviços que a gente, sobre a situação atual dentro das condições atuais, a gente consegue vislumbrar a universalização. Portanto, uma proposta que busca também dar mais segurança jurídica, do ponto de vista de regulação, traz um avanço bastante significativo, estabelecendo a criação de normas referenciais para a regulação, hoje a regulação também é bastante incipiente no país, a gente tem algumas companhias estaduais que são submetidas a critérios de regulação totalmente distintos, no âmbito de um mesmo estado, sendo regulados por agências municipais, agências regionais ou agências estaduais e esse papel de criar normas de referência, no nosso entendimento, dá mais segurança jurídica, padroniza, uniformiza o papel das agências seguradoras, algo que é fundamental para dar essa segurança jurídica e criar também um ambiente mais favorável para que a gente possa ter a ampliação dos investimentos do setor e, conseqüentemente, ampliar os serviços. E ela trata também de coisas específicas e pontuais que muitas vezes não é colocado para a discussão, mas que a gente que entende que também contribui para a melhoria do setor, eu vou citar um exemplo que é a proposta de estabelecer a possibilidade de haver plano simplificado de saneamento para municípios com até vinte mil habitantes, isso é importante haja vista que hoje mais de um terço dos municípios brasileiros não contam com os seus planos de saneamento básico e nós entendemos que o plano é de fundamental importância, é um instrumento estratégico para que cada município, conhecendo a sua realidade, ele possa fazer esse planejamento vislumbrando a parte de metas de curto e médio prazo, também a universalização dos serviços. Considerando que a gente tem cinco mil, quinhentos e setenta municípios, um país com diversidades regionais, características distintas aí nas diversas regiões, é de fundamental importância que a gente tenha esses instrumentos locais aliados aos instrumentos regionais e que convirjam também para o planejamento que a gente tem em âmbito nacional. E, por fim, dizer que a MP ela, além dos avanços que ela traz, ela está passando por um processo de discussão no Congresso Nacional, o Ministério das Cidades tem participado ativamente de discussões setoriais, juntamente também com a Casa Civil, buscando aprimorar os artigos e os incisos da MP e torná-la mais convergente ainda para o nosso propósito de ampliar os serviços de saneamento básico, que é o grande desafio que a gente tem com, não só estabelecido pela Lei 11.445, mas com o aperfeiçoamento trazido pela MP. Então, era só para contextualizar isso e trazer essas informações adicionais para os senhores e as senhoras. Muito obrigado.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Paulo. Ah desculpa. Eu... Não, você quer continuar? Ah não, por favor. Paulo, só um instantinho só.

SR. SÉRGIO BRASIL (MINISTÉRIO DAS CIDADES) – Então, por conta de algumas séries de razões algumas explicitadas na fala do Marcelo, como algumas revisões que estão sendo feitas e por não termos tido a oportunidade de, de repente, estar na

câmara para colocar a posição do Ministério. Então, o Ministério das Cidades pede vistas a essa moção.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Ok. Bom, pediu vista.
(*Intervenção fora do microfone. Inaudível!!*).

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Tem. A qualquer procedimento tem. Então, o pedido de vista... Bom, eu já não... Guarda para a próxima reunião, então, Paulo. Olha, é o seguinte, então o procedimento é que o Ministério das Cidades, que pediu vista até... Que dia vai ser a próxima reunião? 18 de novembro da...

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível!!*).

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Eu sei. Eu sei, Paulo. Mas o que eu posso fazer? O regimento... Eu posso fazer, não é?

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível!!*).

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – É... Não... O futuro... Bom, então, até dia 17 de novembro, está? Vocês apresentarem à secretaria executiva a justificativa do pedido de vistas com relação a isso e se tiver alguma outra alteração que vocês queiram fazer no documento, aí já inclui aí, está? E isso entra automaticamente para a próxima reunião do Conselho. Bom, o próximo item é moção, é outra moção que recomenda o adimplemento e a regularização das transferências provenientes das receitas de cobrança pelo uso de recursos hídricos no Estado de Minas Gerais para as entidades equiparadas à agência de bacia hidrográfica. Esse foi discutido... Bem como o aprimoramento da legislação pertinente. Foi encaminhada pela CTCOB. Por favor, a Livia.

A SR^a. LÍVIA SOALHEIRO E ROMANO (CTCOB) – Boa tarde. Livia Soalheiro, presidente da Câmara Técnica de Cobrança. Esse assunto surgiu na câmara técnica ao longo da discussão das três resoluções que nós aprovamos aqui na parte da manhã, primeiro com a discussão do CEIVAP quando ele apresentou... O CEIVAP é composto por Rio, Minas e São Paulo e aí ele já apresentou como demanda para os membros da câmara técnica a elaboração de uma moção, uma vez que Minas não estava repassando os recursos da cobrança para o custeio da delegatária e isso estava inviabilizando os contratos com Minas. Em seguida, veio o Doce com a mesma fala em relação a Minas e esclarecendo que eles, Minas, estava... Os comitês mineiros estavam em contato com o Ministério Público, tentando a formalização de um acordo, mas que até aquele momento não existia acordo previsto e por conta disso a moção seria importante para fortalecer esse processo que os comitês estavam instituindo ali no estado. Então, a moção ela busca que

Minas traga o adimplemento ao repasse dos recursos da cobrança aos comitês e bacias e suas entidades delegatárias, principalmente no tocante ao custeio, porque hoje as entidades delegatárias... Hoje não, não é? As entidades delegatárias não estavam recebendo custeio. E aí a Bacia do Doce conseguiu celebrar um TAC, junto ao Ministério Público e a um determinado juiz e nesse TAC prevê o repasse do valor do custeio, mas apenas para a Bacia do Doce. Então, para a Bacia do CEIVAP, essa pendência continua a existir. Para o São Francisco também. Então, essa é a proposta da moção.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Ok. Algum comentário sobre a moção? Em não havendo comentários, colocar em votação. Obrigado. Quem aprova a moção, por favor, erga o cartão? Quem não aprova? Abstenção? Uma, duas, três abstenções. A gente precisa... Quem está aqui na frente, vocês não precisam não, mas quem está aqui na frente precisa tomar cuidado, porque quem vota lá no fundo, na última fileira, na hora que ergue tem reflexo no vidro, dá a impressão que tem duas pessoas votando. Mas, então, está aprovada a moção, ok? Então, o próximo item da pauta e já é a Livia também que vai fazer a apresentação, então, eu peço que ela permaneça... Recomenda a implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos aprovada pelo Conselho Estadual dos Recursos Hídricos do Espírito Santo.

A SR^a. LÍVIA SOALHEIRO E ROMANO (CTCOB) – Ao longo dessas discussões que eu já mencionei aqui na CTCOB, também foi solicitado pelo Comitê do Doce, a elaboração de uma moção ao Estado do Espírito Santo para que a cobrança naquela região pudesse ser implementada nos comitês que já a aprovaram e que o conselho estadual já fez a homologação. Foi relatado tanto pelo comitê como por alguns membros, a dificuldade do debate do assunto cobrança no Estado Espírito Santo. Os comitês não estão, pelo relato deles, eles não estão conseguindo debater o tema de uma forma saudável, esse tema acabou por virar pauta política nessas eleições e, por vezes, quando o comitê pautava o assunto, os usuários se mobilizavam e iam para as reuniões com o objetivo até de causar algazarra. Esses foram os relatos que chegaram para a câmara técnica e a representante do Conselho Estadual do Espírito Santo relatou que dificuldades existem, mas o Espírito Santo tem debatido aos poucos o tema e também que o conselho estadual já tinha homologado a cobrança em duas bacias hidrográficas. E aí, com base nisso, houve uma alteração na primeira linha de entendimento da moção para que ela passasse a pedir a implementação das cobranças já aprovadas, que foram aprovadas já tem alguns anos e ainda não foram implementadas e para que estimulasse os comitês que ainda não implementaram as suas cobranças a discutir o assunto. Então é esse o sentido da minuta de moção que foi aprovado pela CTCOB, passou pela CTIL e está aqui em apreciação.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Obrigado, Livia. Algum comentário? Por favor.

O SR. ALBERTO FLÁVIO PÊGO (AGERH-CERH/ES) – Alberto Pêgo, Diretor Presidente da AGERH, Espírito Santo. Eu já tinha referido a esse tema na hora da minha primeira manifestação aqui a respeito da cobrança na Bacia do Rio Doce. O problema é um problema delicado, não é isso? Como eu disse, existe uma disposição do Governo do Estado do Espírito Santo em instituir a cobrança, desde o início do mandato do Governador Paulo Hartung, houve essa disposição, mas houveram alguns percalços dentro das bacias, onde essa possibilidade era mais factível. Então, nas bacias do Doce, por exemplo, onde o processo já tinha caminhado bastante, diretrizes de cobranças já tinham sido definidas, houve uma alteração em três das bacias que mudaram os seus territórios e aí toda a discussão que foi feita foi perdida, isso foi um aspecto muito negativo. Como a Livia mencionou aqui, esse assunto ele acabou sendo um assunto que foi muito pautado na eleição municipal, na eleição agora, estadual e nacional, no caso do Espírito Santo alguns candidatos fizeram muita referência a isso com espaço na televisão, espaço gratuito na televisão, fazendo campanha contra a cobrança pelo uso de recursos hídricos, não é isso? Então, assim, foi um problema muito sério para o Governo de enfrentar essa discussão, porque, assim, os defensores da cobrança não tinham o mesmo espaço público para poder tratar do assunto. Hoje, o que nós fizemos é o seguinte, como eu mencionei na minha primeira participação aqui é que nós, para podermos destravar o assunto, nós escolhemos uma bacia do estado para poder abrir a porteira, usando um termo bem popular. Ou seja, escolhemos uma Bacia do Espírito Santo, onde o procedimento estava mais avançado e é exatamente uma bacia de rio estadual que faz parte da Bacia do Rio Doce, que é a Bacia do Rio Guandu e havia dois obstáculos, não é isso? Um deles um obstáculo legal, que em uma estratégia protelatória, organizada pelo setor empreendedor no Espírito Santo foi incluída de modo, talvez, assim, um pouco sub-reptício, foi incluído um artigo na Resolução 04 do Conselho que fazia com que o processo de discussão das diretrizes no Rio Guandu voltasse ao início, perdendo dois anos de serviço e agora em uma reunião que aconteceu da CTIL do CERH na semana passada, na quinta-feira, nós conseguimos, juntos, Comitê do Rio Guandu e a AGERH, fizemos uma boa ação de conseguir remover esse artigo, então esse obstáculo jurídico não existe mais. Curiosamente, no mesmo dia, na mesma quinta-feira, houve uma reunião do Comitê do Gandu, que confirmou as diretrizes de cobrança da bacia. Então, eu acredito que nós vamos começar o ano de 2019 boletando, ok? Então, o Espírito Santo vai começar, se Deus quiser, e com o apoio de vocês, cobrando, isso vai ser um bom legado que eu espero deixar na minha curta passagem pela AGERH. Agora, a respeito da moção, quando estava em outros órgãos não representante do governo, eu já fui muito favorável e já fui até redator de moções como essas, hoje, eu, infelizmente, eu não vou poder votar a favor da moção, embora eu permaneça com o mesmo pensamento da época anterior, que era o seguinte, toda vez que uma moção dessa é aprovada em um órgão como o Conselho, ao invés de atrapalhar, ajuda quem está lá tentando sensibilizar os governos, sensibilizar a sociedade de que é preciso implantar a cobrança. Então, essa moção, em minha opinião, pessoal, ela não atrapalha o nosso sistema ela ajuda, mas uma vez que eu estou no órgão do governo que vai receber essa moção como um puxão de orelha, ao governador e tal, eu não vou votar favoravelmente a ela, mas também não vou votar contrário, vou pedir licença a você de me abster. Mas acredito que é uma moção que vem favorecer a nossa proposta de realmente instituir a cobrança no estado. Obrigado.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Obrigado, Alberto. Algum outro comentário mais? Então, eu vou colocar em votação. Quem aprova a moção, por favor, erga o cartão? Quem desaprova? Nenhum voto contrário. Abstenção? Um, dois, três. Três? Três abstenções. Ok? Bom, e com isso, nós encerramos a pauta deliberativa. O item 6 é assuntos gerais e aqui quem quiser trazer algum assunto geral para compartilhar com os nossos colegas têm três minutos para vir aqui e expor, pode ser informação, poder ser algum evento ou alguma coisa que queira falar está aberto aqui. Ninguém? Eu estou achando que a gente tem... Eu estou achando... Você quer, Aparecida?

A SR^a. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (ABRAGEL) – Vai depender do que você for falar.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Ah vai depender do que ela vai falar.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – A Roseli, que trabalha na secretaria executiva, vai fazer um aviso aqui.

A SR^a. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (CNRH) – Convidar o pessoal para ficar até umas três e meia, porque vai ter o *coffee break*.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Eu vou falar. Enquanto ela fala, eu espero que vocês aguardem, depois do término da reunião, que vai ter um *coffee break* aqui, pelo menos...

A SR^a. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (CNRH) – Boa tarde. É só para informar que na última reunião do plenário, o Conselho Estadual do Rio de Janeiro e o perguntou sobre a assinatura da resolução que trata sobre os mecanismos e os valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União existentes em áreas inseridas em unidades estaduais de gerenciamento de recursos hídricos. Essa proposta de resolução... Essa resolução, na verdade, agora, é uma resolução, não é? Ela foi aprovada, se vocês lembram, em outubro de 2017 e já está quase fazendo um ano, mas em virtude de algumas questões mais técnicas do que jurídica, a gente tentou sanar junto a nossa consultoria jurídica, ela foi sendo necessário fazer esses aprimoramentos, não mudou a estrutura da resolução e o ministro assinou ontem e deve sair a publicação... E o nosso Secretário também já assinou, então deve sair a publicação ainda essa semana. E a outra resolução que também está atrasada, que é a do São Francisco, ela também já foi assinada, só falta o nosso secretário assinar para ser publicada. Então, essas eram as demandas que tinham... Que estava devendo aqui para responder ao Conselho Estadual do Rio de Janeiro.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!!).

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Quer falar, Livia? Livia, por favor.

A SR^a. LÍVIA SOALHEIRO E ROMANO (CTCOB) – Primeiro, agradecer as notícias, que elas são muito positivas. Mas eu queria registrar que, tecnicamente, quem responde sobre as resoluções é esse Conselho, quem avalia tecnicamente as resoluções é esse Conselho, não cabe a CONJUR fazer questionamentos técnicos, porque o momento de discussão técnica é aqui.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Não, com certeza.

A SR^a. LÍVIA SOALHEIRO E ROMANO (CTCOB) – Nas suas câmaras técnicas. Levou um ano com questionamentos técnicos e os questionamentos técnicos não vieram a esse plenário e nem a nenhuma das câmaras técnicas. Então, da mesma forma, como a gente falou no início da reunião, que a CONJUR não é, acho que foi na sua apresentação, que a CONJUR não é o assessoramento jurídico deste Conselho, ela não é o assessoramento técnico. E aí eu queria que a gente deixasse isso registrado e refletisse enquanto membros desse Conselho, o quanto a gente está cedendo esse espaço de análise técnica.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Ok. Está registrado. Aparecida? Não, não é? Era isso, está? Alguém mais? Não?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Ele está quieto faz muito tempo, eu vou ver se...

O SR. JOÃO FERNANDES DA SILVA (AESA-CERH/PB) – Doutor Júlio, esta resolução deu muito trabalho ao Rio de Janeiro, a Paraíba e a própria ANA que nos ajudou a construí-la. Nós temos águas federais em rios estaduais em domínio de estado de estados brasileiros, certo? Estados membros da federação e nunca se podia fazer a cobrança é por isso que ela cobra e nós cobramos a mais de um ano e ela tem razão quando cobrou hoje e tem razão quando reclama do posicionamento que nós já registramos aqui também, contra esse comportamento. O ministro e nem a sua consultoria tem poder de veto, espero que as adequações, vou chamar por generosidade para com o ministério, e com a consultoria, e a redação final, espero que a redação final não tenha alterado o sentido do que foi aprovado por esse colegiado. Esse colegiado precisa ser respeitado pelo Brasil e, principalmente, pelo ministério e seus órgãos, mas respeitado, é aquela história, deliberou está deliberado, nós vamos lá só meter a caneta. Mas eu não li a resolução, eu já pedi a Roseli que me arranje uma cópia para a gente conhecer, eu vou chamar isso de redação final, conceder esse benefício generoso a essa consultoria que,

brilantemente, foi contestada pela companheira eleita. Parabéns, companheira, é assim que as mulheres do Brasil vão nos ajudar a construir uma grande nação.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Está bom. Nós da secretaria executiva, a gente tem sempre, porque bate a resposta bate lá na gente, a gente tem sempre o cuidado de quando tem alguma. Quando tem alguma contestação da CONJUR, a gente tem sempre o cuidado de saber se tem mudança de mérito ou não, está? Isso é óbvio que se tiver a gente já aconteceu algumas coisas e a gente não deixa passar. Agora têm algumas... Enfim, a pessoa que analisa muda, são independentes, os advogados... Ele pode ter uma visão diferenciada, daí vêm, eles têm um filtro lá dentro, primeiro passa, enfim, têm umas três pessoas, duas a três pessoas que analisam o negócio, e aí vem para a gente. Agora, estão sabendo e já aconteceu isso no passado, que se a CONJUR tiver alguma coisa que realmente mude o sentido de uma resolução ou moção mesmo, isso tem que voltar para o Conselho. Volta, eles apontam, volta e aqui o Conselho decide, o Conselho, inclusive, pode decidir para permanecer a redação anterior, entendeu? Mas isso aí é alertado e vem, quer dizer, eles não têm, as mudanças que, às vezes, ocorrem são mudanças, assim, de português, é para por porém, por todavia, quando é coisa assim desse tipo, aí vai. Agora, mudar conteúdo, mudar sentido, aí a gente, pelo menos aquilo que nós identificamos, isso não passa.

O SR. JOÃO FERNANDES DA SILVA (AESA-CERH/PB) – Doutor Júlio, isso é regimental permitir que um órgão extra conselho possa sugerir modificação?

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Não, ele tem uma escolha de Sofia aqui também, não é Fernando? João Fernandes... Se for uma mudança pequena voltar para a câmara técnica para voltar para a CTIL, para voltar é mais um ano. Então, há coisas, às vezes, você tem que fazer essa ponderação, se vale a pena você causar... Agora, com certeza, o problema se é alguma coisa de mudança de mérito, que nós, nós não somos... A gente consiga identificar, isso volta para o Conselho, voltaria para o Conselho, não é? Quer falar? Eu só gostaria, um aviso agora, nós não vamos debater isso. Tudo bom. Esse último, é sempre o último, viu?

A SR^a. LÍVIA SOALHEIRO E ROMANO (CTCOB) – Desculpa, Júlio, mas eu acho que esse assunto é bem importante para a gente, enquanto Conselho, principalmente nesse momento de posse de novos membros. Outra coisa que eu gostaria de pontuar é quando sai a resolução daqui nenhuma alteração vai ser feita, o ministro está assinando como presidente deste Conselho e os técnicos dele fazem parte desse Conselho, ele pode a qualquer momento do processo participativo, como nós, que estamos aqui presentes, dar a sua opinião. Aí é complicado isso, para nós, porque aí o advogado da CONJUR tem a independência, mas esse Conselho quando aprova não está tendo a sua autonomia respeitada.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Agora, veja o que o regimento fala, por favor, peguem o regimento. O regimento fala que nenhum ministro assina nada se não tiver a consultoria jurídica dele apoiando ou dando o parecer. Então é o seguinte, está no regimento do Conselho, não está escrito no regimento do Conselho que deva mudar que pode mudar questionar, ainda mais mérito, mérito daí que não pode mesmo. Então, o que acontece? Está no regimento, se houver alguma dúvida de fundo no que for escrito de fundo legal, mérito nunca, de fundo legal, se houver alguma dúvida, isso volta ao Conselho.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Não, não fomos nós, nós perguntamos a vocês algumas coisas, eu não sei se a Roseli, quem foi que foi a... Foi a Liliane, infelizmente, não está aqui a nossa colega. Ela perguntou alguma coisa para você como presidente da câmara técnica e você como presidente da câmara técnica, até onde eu sei, você concordou que aquelas mudanças não teriam problema. Foi isso? Então, não foi assim uma coisa que foi solta e estamos... Então, teve esse tipo de coisa. Mas a gente vai ficar atento, vai continuar atento e vai... Agora, com certeza, se tiver alguma mudança de mérito isso não tem, isso não existe, mesmo que saia errada, dizer que dois mais dois é cinco sai dois mais dois é cinco, agora se tiver algum uma impropriedade legal que possa comprometer o ministro, ele não... A consultoria não... E por isso que a gente questiona quando alguém fala da consultoria participar aqui, porque ela não pode participar, quer dizer, seria um voto contra todos, de repente em uma discussão dessas perde o voto e ela tem o poder de pegar lá na frente. Então, não tem sentido, então tem o seu lugar e tem a sua coisa.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Não, eu sei.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – É.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Com votação.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

2544
2545
2546
2547
2548
2549
2550
2551
2552
2553
2554
2555
2556
2557
2558
2559
2560
2561
2562
2563
2564
2565
2566
2567
2568
2569
2570
2571
2572
2573
2574
2575
2576
2577
2578
2579
2580
2581
2582
2583
2584
2585
2586
2587
2588
2589
2590
2591
2592
2593

O SR. JOÃO FERNANDES DA SILVA (AESA-CERH/PB) – O jurista ou quem é responsável pelo setor jurídico é específico no ministério desses tem a obrigação de ter a leitura do conjunto, de ter a visão do todo e, às vezes, nos advertir, porque nós, porque nesse colegiado aqui você tem advogado, você tem engenheiro...

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – Ok.

O SR. JOÃO FERNANDES DA SILVA (AESA) – Você tem leigo, você tem... Tem, porque, na verdade, isso aqui é uma representação da sociedade brasileira para cuidar de recursos, como é o Congresso. O Congresso tem de analfabeto, a analfeirante, a cientista, é porque é normal, nós representamos o conjunto da nossa sociedade, daí porque que a gente tem que ter esse cuidado e pontuado muito bem, nós confiamos plenamente na sua postura Doutor Júlio, na postura de Roseli, na postura dos técnicos daqui, nós sabemos da seriedade com que vocês trabalham aqui. Agora é para reforçar exatamente, nesse momento, no dia em que nós tomamos posse de novo nesse Conselho e que isso não pode se repetir. E que eles venham aqui, nos ajude a construir, tem as câmaras técnicas, tem a sua contribuição, porque, às vezes, um palpite seu, Júlio, pode ser muito importante para a gente evitar um erro amanhã, o palpite de um advogado...

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – A gente...

O SR. JOÃO FERNANDES DA SILVA (AESA) – Isso é importante.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – A gente pode e aí tem as suas... Tem os seus, enfim, consequências. Se mudar uma vírgula volta ao Conselho, se é isso que o Conselho está querendo, nós podemos fazer isso. Agora, que resoluções que precisa ser aprovada, têm prazo para ser aprovada, aconteceu um negócio desse tipo, aí... Então, olha, a preocupação que os senhores têm, é uma preocupação sempre nossa, isso não é novidade para a gente, a gente sempre tem essa preocupação e sempre tenta colocar essa coerência. Então, agora, eu acho que dá para confiar, a gente quando tem algum caso, a gente conversa com as pessoas da câmara técnica, com o presidente, sempre tem isso, nunca é tomada uma decisão qualquer só por nós lá da Secretaria Executiva. Muito bem, o último assunto sempre é o mais polêmico. Eu queria agradecer... Mais algum? Bom, a próxima reunião do Conselho está programada para que dia, Roseli, 17 e 18?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA) – 18 e 19? Só 18? Nós vamos avaliar, eu sempre gosto de sugerir dois dias, 18 e 19, porque a gente vai avaliar a quantidade de matéria a ser discutida e a complexidade. A princípio, 18 e

2594 19 de dezembro, está? É uma reunião ordinária, a gente precisa fechar a pauta e os
2595 documentos até 18 de novembro. Então, todas as reuniões que vão ter que ser
2596 feitas para enviar matérias ao Conselho tem que ocorrer antes de 18 de novembro,
2597 na verdade, antes de 10 de novembro, porque todas elas passam pela CTIL, a CTIL
2598 tem que opinar, enfim, tem pouco tempo e nós estamos... Nós já fizemos o
2599 levantamento lá na secretaria executiva das câmaras técnicas que tem matérias que
2600 ainda dá tempo para entrar nessa reunião de dezembro e aí a gente está sugerindo
2601 a data de reunião dessas câmaras técnicas para dar certo nesse prazo, está? Eu
2602 queria agradecer a presença de todos, aos novatos dar as boas-vindas. Essa
2603 reunião, para os mais antigos, essa reunião aqui foi ótima para os novatos, porque
2604 não assustou ninguém.

2605

2606

2607 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!)*.

2608

2609 **O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (SRHQ/MMA)** – Não, vocês já estão
2610 empossados desde dia que passou no Diário Oficial, não é? E aí, então, estão todos
2611 empossados. Então, agradecer outra vez a presença e lembrando que vamos ter um
2612 coffee break aqui, não sei se já está colocado. Por favor. Ah sim, a diversos pedidos
2613 para a gente tirar uma foto geral do pessoal. Então, por favor, venham aqui na frente
2614 e a gente vai... Aqui? Quem é que vai fotografar? É melhor aqui, a gente fotografa
2615 daí para cá, está? Obrigado a todos.